

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Aparecida de Fátima Coelho Duarte

A vida dos moradores da comunidade Santa Rita com a implantação da
empresa Rio Paracatu Mineração – RPM.

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

São Paulo
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Aparecida de Fátima Coelho Duarte

A vida dos moradores da comunidade Santa Rita com a implantação da
empresa Rio Paracatu Mineração – RPM.

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo sob a orientação da Prof^a. Doutora. Maria Lucia Rodrigues.

São Paulo
2009

Banca Examinadora:

DEDICATÓRIA

Aos meus tios Bento e José Evandro pelo exemplo de força e fé na vida.

As minhas irmãs e ao meu irmão que sempre estiveram ao meu lado
incondicionalmente.

Aos sobrinhos e sobrinhas que encantam a minha vida.

AGRADECIMENTOS

Aos professores do curso de Pós-Graduação em Serviço Social – PUCSP pela troca de conhecimentos.

À Fundação Ford que contribuiu para esta conquista.

A minha orientadora Maria Lucia Rodrigues, pela dedicação e carinho.

Aos moradores da Comunidade Santa Rita, pela participação preciosa na pesquisa.

Aos amigos e as amigas pela convivência e solidariedade.

RESUMO

Esta dissertação traz como proposta conhecer e compreender as mudanças sociais, econômicas e culturais que ocorreram no modo de vida dos moradores da comunidade rural Santa Rita, com a implantação, desde 1987, da empresa Rio Paracatu Mineração S.A. (RPM), no município de Paracatu, em Minas Gerais. Santa Rita é uma comunidade tradicional, constituída por pequenos produtores que sobrevivem da agricultura familiar, localizada abaixo da barragem de rejeitos da empresa. A RPM é controlada pela transnacional canadense Kinross Gold Corporation, que executa seu terceiro projeto de expansão em Paracatu. Esse projeto amplia para mais 30 anos a expectativa de exploração das jazidas e eleva a produção de ouro de cinco para 15 toneladas por ano. A questão ambiental que emergiu do modelo econômico capitalista de produção é o eixo teórico desta dissertação que obedece a uma visão interdisciplinar pela complexidade do assunto. As reflexões são feitas resgatando-se a origem da questão ambiental para a ciência, o meio social e político, contextualizando a empresa Rio Paracatu Mineração – RPM no cenário global e local. A partir desses conteúdos, analisa as mudanças que ocorrem no modo de vida dos moradores da comunidade Santa Rita com a implantação da RPM. A pesquisa é desenvolvida através da observação presencial, de entrevistas semiestruturadas com moradores e sujeitos representativos da comunidade, formulários, estudos de documentos, análise de jornais, livros e pesquisas na internet, buscando elucidar as questões ambientais que acontecem localmente e formulando algumas orientações prospectivas.

Palavras-chave: questão ambiental, comunidade Santa Rita, modo de vida.

ABSTRACT

This thesis aim to know and understand the social, economic and cultural changes that occur in the way of life of rural Santa Rita's residents, with the arrived of the company Paracatu River Mining SA (RPM), in 1987, in Paracatu, State of Minas Gerais. Santa Rita are a traditional community, consisting of small producers who survive with the family agriculture, located below tailings dam of the firm. The RPM is controlled by transnational Canadian Kinross Gold Corporation, which runs its third expansion project at Paracatu. This project extends for more 30 years the expectation of exploitation of deposits and increases the production of gold from five to 15 tonnes per year. The environmental issue that has emerged from economic model of capitalist production is the axis of this theoretical work that follows an interdisciplinary view of the complexity issue. The reflections are done recovering the source of the environmental issue for science, the social and political milieu, contextualizing the mining company Rio Paracatu - RPM on the global and local scene. In this content, analyzes the changes that occur in the way of life of Santa Rita's residents with the implementation of RPM. The research was made by the participant observation, semi-structured interviews with dwellers and importants community persons, forms, documents studies, newspaper, books and Internet analises, seeking discover the environmental issues that occur locally and creating some prospective orientations.

Keywords: environmental issues, community Santa Rita, way of life.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I: A questão ambiental: um problema social	16
1. O surgimento da questão ambiental com a ciência moderna.....	16
1.1 Compreensões da questão ambiental para o meio social, político e econômico.....	20
1.2 A questão ambiental no Brasil.....	26
2. O Mercado Livre Global e a empresa Rio Paracatu Mineração – RPM.....	28
CAPÍTULO II: Metodologia	36
1. Movimento da pesquisa.....	36
2. Perfil dos Entrevistados.....	38
3. Organização dos dados.....	43
4. Entrevista com morador.....	43
CAPÍTULO III: A vida dos moradores da comunidade Santa Rita com a implantação da empresa Rio Paracatu Mineração – RPM	48
1. Caracterização da comunidade Santa Rita.....	49
1.1 Manifestações Religiosas.....	53
1.2 O cultivo da terra.....	59
2. O estranhamento da comunidade com o ambiente modificado	67
2.1 O amor com tudo	76
3. O ouro e a vida dos moradores da comunidade Santa Rita.....	79
3.1 Mito do ouro encantado.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
BIBLIOGRAFIA.....	97

INTRODUÇÃO

Por esses longes todos eu passei, com pessoa minha no meu lado, a gente se querendo bem. O senhor sabe? Já tenteou sofrido o ar que é saudade? Diz-se que tem saudade de idéia e saudade de coração... Ah. Diz-se que o governo está mandando abrir boa estrada rodageira, de Pirapora a Paracatú, por aí... (GUIMARÃES ROSA, 2001; 43)

João Guimarães Rosa em seu livro *Grande Sertão: Veredas* falou do progresso que chegaria ao sertão de Minas Gerais, passando por Paracatu, pela construção de estradas. O progresso chegou, e mais que as estradas, chegaram as empresas. Se Guimarães Rosa pudesse relatar o progresso tecnológico que hoje está no sertão que ele apresentou ao mundo, como seria? Talvez perdesse seus encantos ou os acrescentasse.

Foi na adolescência que ouvi dizer que uma grande empresa mineradora viria para a cidade de Paracatu, se instalaria no Morro do Ouro¹, iria explorar todo o ouro da cidade e ninguém mais poderia minerar além dela, nem mesmo os garimpeiros artesãos que sobreviviam do minério extraído dos rios e praias usando bateias², caixotes e enxadas; pessoas humildes que não se enriqueciam com a atividade.

Mas no Morro não havia apenas ouro, as pessoas comentavam que tinha bichos, falavam de veados, caititus, tatus, raposas, preás, lobo guará e muitos outros. Lembro-me das corujas de olhos atentos; e também dos frutos: pequi, araticum, baru, gravatá, coco xodó, cajuzinho do mato, ingá, mangaba...³ Muitas pessoas subiam o Morro e se alimentavam deles.

As pessoas diziam que a empresa traria progresso para a cidade, o dinheiro circularia mais e muita gente seria empregada. De ruim viriam as doenças, a violência e a mendicância; e não saberíamos, exatamente, quanto em ouro sairia dali, daquela cidade situada na região noroeste do Estado de Minas Gerais. Distante 482 quilômetros da capital do estado, Belo Horizonte, e a 220 quilômetros da capital

¹ Nome dado à elevação de terra onde os colonizadores encontraram uma mina de ouro.

² Instrumento utilizado para o garimpo artesanal.

³ Frutos do cerrado.

do país, Brasília, com uma população de 79.739 habitantes (senso IBGE – 2006) e principais rodovias: BR- 040 e MG-188.

Paracatu foi apresentada ao mundo no período colonial, no século XVIII, quando, em 1744, foi anunciado o descobrimento das minas do vale do Paracatu⁴ à coroa de Portugal pelo bandeirante José Domingos Frois, reconhecido oficialmente como o descobridor das minas, embora tivesse em sua companhia outro bandeirante conhecido: Felisberto Caldeira Brant.

Apesar do descobrimento em 1744, o município já era povoado desde 1733 e identificado como Arraial das Caldeiras. Os bandeirantes encontraram a terra habitada, pessoas explorando o ouro por meio do trabalho escravo na forma de aluvião.⁵ Em 1744 tornou-se distrito com o nome de Arraial de São Luiz e Sant´Ana das Minas de Paracatu e elevada a Vila do Paracatu do Príncipe em 20 de outubro de 1798, data em que se comemora seu aniversário e, por fim, cidade de Paracatu no ano de 1840 (MELLO, 2002).

A exploração do ouro, na forma de aluvião e contando com as forças dos braços dos escravos, teve, de seus tempos de glória, duas grandes igrejas de estilo barroco, que permanecem demarcando esse tempo na história. Depois veio a decadência das minas e a cidade retomou seu crescimento econômico com base na agropecuária, que chegou ao seu auge no século XX com a mecanização no campo.

A partir do século XX, a cidade cresceu, sob o ponto de vista econômico, e os principais fatores que contribuíram para isso, além da mecanização no campo, foram a presença de grandes empresas nas minas, a construção de Brasília e a construção da BR 040, que ligou Paracatu à capital do Brasil, Brasília, saindo do isolamento em relação aos principais centros urbanos do país.

Nas minas de ouro de Paracatu, o progresso tecnológico avançou nos anos 80 quando a presença da riqueza foi amplamente divulgada pela mídia e a movimentação da economia pela exploração do minério foi declarada pelo censo,

⁴ “Em torno deste núcleo central, que constitui propriamente as ‘minas gerais’, nome que mais tarde se estende a toda a capitania, foram surgindo outros secundários: Minas Novas, a nordeste, ocupadas desde 1726, Minas do Rio Verde, com Campanha por centro principal, que são de 1720; Minas do Itajubá, onde se formaria a cidade deste nome, exploradas a partir de cerca de 1723; Minas do Paracatu, a oeste, que são as últimas descobertas, em 1744.” (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 57)

⁵ Ouro retirado dos leitos dos rios.

isso atraiu pessoas de várias partes do país e junto à atividade artesanal do garimpo novos instrumentos foram introduzidos, como dragas, motores movidos à energia de combustível, moinhos e mercúrio para apuração do ouro. Nesse mesmo período, iniciaram-se os estudos geológicos no Morro do Ouro pela Empresa Rio Paracatu Mineração – RPM, concluindo com a descoberta de uma jazida de ouro (MELLO, 2002).

Os boatos que ouvi na adolescência sobre os receios da implantação da empresa se concretizaram em 1987, quando a RPM se instalou no município e foi amparada pela nova legislação ambiental (1989)

que condicionou a exploração da lavra a pesquisas e projetos de viabilidade econômica e de impacto ambiental favorecendo empresas altamente capitalizadas e com tecnologia avançada. (FRANCH et al, 2005; p. 25).

Os garimpeiros perderam o direito à exploração do ouro, acusados do uso indevido do mercúrio e contaminação dos rios.

As notícias que me chegavam, embora ausente de Paracatu desde 1985, eram de que a empresa RPM alterava rapidamente a paisagem do Morro do Ouro e grande parte da população, que sobrevivia da faiscação e da agropecuária, perdia seus espaços de produção para o sistema mecanizado e tentava de forma frustrada recuperá-los. Passei a indagar: como a população se orientava com a perda de seus espaços de trabalho e de vida? Que lugar a população passava a ocupar? Como estava a vida das pessoas com a implantação da empresa? Como a nova realidade se adequava ao mundo de significados dessas pessoas? Quais os ganhos e perdas para a população? Refiro-me à população que na década de 70 e 80 ainda praticava o garimpo na forma de aluvião e orientava-se pelas fases da lua para o cultivo da terra.

O Brasil, especialmente a partir da década de 50, adotou o modelo de desenvolvimento econômico global dos países industrializados, buscando acabar com a pobreza e escapar do subdesenvolvimento, e subestimou os custos socioambientais desta importação. Paracatu é um exemplo localizado, do contexto geral do país, que recebeu empresas de alta tecnologia contrastando com o modo e ritmo de vida da população e exigindo o máximo da natureza. Conforme Milton

Santos (2006), este modelo de desenvolvimento econômico global que avançou nos últimos anos, com recursos da tecnologia, é brutal. E a brutalidade se manifesta pelas modificações das relações entre as nações; das relações do homem com o homem, do homem com as coisas e do homem com a natureza.

Com base nessas reflexões, o projeto que deu origem a este estudo propunha-se a pesquisar a vida dos garimpeiros da cidade de Paracatu, Minas Gerais, após a implantação da empresa Rio Paracatu Mineração – RPM. Na primeira visita ao campo de pesquisa, em julho de 2007, observei certa complexificação da implantação da empresa comprometendo as comunidades tradicionais na região rural que alteravam significativamente o ambiente de cultura caipira-sertaneja.

O interesse por essas comunidades aumentou quando constatei no EIA-RIMA – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental da RPM - uma análise superficial da vida sociocultural de quatro comunidades ao seu entorno - São Domingos, Lagoa de Santo Antônio, Lavrado e Machadinho - e dos efeitos do empreendimento para suas vidas. A empresa apresenta os planos para a região indicando que duas comunidades deverão ser extintas para sua expansão: Lavrado e Machadinho. São Domingos e Lagoa de Santo Antônio são comunidades remanescentes de quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares e não serão diretamente atingidas. É comentada a alegação da comunidade Machadinho como sendo área quilombola e ambas, empresa e Machadinho, aguardam o reconhecimento pelos órgãos governamentais competentes para determinar a interação entre elas. Das comunidades apresentadas pelo EIA-RIMA uma não é citada, apenas, identificada a área em que se encontra a comunidade Santa Rita⁶, que fica abaixo da atual represa de rejeitos, às margens do Ribeirão Santa, e foi

⁶ “Áreas verdes em contexto rural (...). No caso específico da área estudada foi, ainda, identificado um local onde são realizadas corridas de cavalos e outros eventos. Muitas destas áreas são pequenas, mas têm grande importância no convívio social, já que são nestes espaços que a população se reúne. Terrenos, com residências, ou construções. Foram identificadas sedes de fazenda, pequenas propriedades rurais, chácaras, com terrenos amplos (até 50.000 m²), casas de baixa renda (trabalhadores rurais), com terrenos relativamente pequenos e uma carvoaria na área estudada. Sua utilização varia, contemplando o plantio e manejo de subsistência, além do uso de lazer ou misto. As casas das sedes de fazendas e das pequenas propriedades rurais ocorrem por toda a área em estudo, sendo que no vale do ribeirão Santa Rita o número de residências deste tipo é maior. Ao redor das construções predominam pequenas lavouras ou pastagens, com a presença ainda de hortas, canteiros ornamentais, árvores frutíferas e vegetação pisoteada, invasora e ruderal. Geralmente em torno das propriedades predominam alguns pequenos bosques com árvores frondosas que correspondem às principais estruturas com relevância ambiental nesta paisagem.” (RPM, 2006; p. 15).

esta comunidade que escolhi para pesquisa com intuito de dar visibilidade às mudanças ocorridas com a implantação da empresa.

As indagações se fortaleceram nas reflexões sobre a relação do ser humano com a natureza, ser vivo e dependente do meio ambiente natural e social com o qual possui estreita interação e dependência; ameaçado de extinção pelo modelo de desenvolvimento capitalista de produção que se organiza na desorganização de ecossistemas⁷. Surgem então alguns questionamentos:

- a vida social, econômica e cultural da população da comunidade Santa Rita se altera com a presença da empresa RPM?
- A população é considerada em suas necessidades?
- Como se estabelece a relação entre a população da Santa Rita com a natureza?
- Como se estabelece a relação da população de Santa Rita com a RPM?
- Quais os ganhos e perdas dessa relação?

A questão ambiental emergiu como eixo central na orientação deste trabalho obedecendo a uma visão interdisciplinar por sua complexidade e para compreensão de conceitos que a envolvem.

Este estudo é importante por verificar, do ponto de vista local, a questão ambiental capaz de produzir alterações de proporções globais, se considerarmos a complexidade da natureza que desconhece os limites territoriais, criados pela cultura humana. Para situar o problema, o presente trabalho analisará as mudanças ocorridas no modo de vida dos moradores da comunidade Santa Rita com a implantação da empresa Rio Paracatu Mineração – RPM, compreendida nos seus aspectos sociais, econômicos e culturais. Assim, trazemos os seguintes objetivos:

⁷ “É o lugar onde a natureza cria uma mistura única de ar, água, solo e uma variedade de organismos vivos que interagem e se sustentam uns aos outros.” (ROESLER, 2007; 282)

- refletir sobre a origem da questão ambiental para a ciência, o meio social e político;
- contextualizar a empresa Rio Paracatu Mineração – RPM no cenário global e local;
- conhecer o modo de vida dos moradores da comunidade Santa Rita;
- analisar as mudanças provocadas na vida econômica, social e cultural da população da comunidade Santa Rita com a implantação da empresa Rio Paracatu Mineração – RPM e formular algumas orientações prospectivas vinculadas ao Serviço Social.

Santa Rita é uma das comunidades rurais do município de Paracatu composta por pequenos sítiantes e produtores agropecuários, situada abaixo da barragem de rejeitos e convive com as alterações ambientais provocadas pela empresa e previstas em Relatório de Impacto Ambiental (RPM, 2006).

Conforme o relatório, alguns aspectos devem ser considerados:

Meio físico - desestabilização de encostas, geração de processos erosivos e assoreamento de cursos d água; alteração do nível de ruído ambiental, advinda de equipamentos de grande porte operando ao ar livre; alteração do relevo, uso e ocupação do solo, causada por escavações e armazenagem do rejeito na barragem; alteração da qualidade do ar devido à geração de poeira e às atividades de alteamento da barragem, trânsito de veículos e gases de motores a combustão dos veículos e alteração da qualidade das águas.

Meio biótico - alterações e retirada da vegetação; interrupção de corredores florestais ao longo de cursos d água e perda de animais.

Meio socioeconômico - alteração no nível de emprego; alterações no nível de renda; alterações no nível de arrecadação municipal; incomodo a população, tráfego de veículos e circulação de pessoas; remoção de pessoas da área diretamente afetada; perda de acessibilidade, ou seja, perda de trilhas que facilitam acessos a lugares e intervenções sobre ocorrência arqueológica.

Para uma análise mais abrangente dos fatores que envolvem a questão ambiental, organizamos este estudo conforme segue: no Capítulo I uma reflexão sobre a origem da questão ambiental para a ciência e para o meio social e político, traçando um breve panorama de sua evolução histórica e de seus principais marcos. Neste mesmo Capítulo, será contextualizada a empresa RPM no âmbito global e local. No Capítulo II será apresentada a metodologia de investigação e a caracterização dos sujeitos participantes da pesquisa. No Capítulo III será realizada a análise e interpretação dos dados, tratando o modo de vida da comunidade Santa Rita, através dos depoimentos e dos resultados obtidos com as entrevistas e visitas a moradores da região, além das manifestações religiosas, culturais, econômicas e sociais e a interferência da empresa RPM em seu espaço. Seguem-se a esses capítulos as Considerações Finais e a Bibliografia.

CAPITULO I - A questão ambiental: um problema social

Este primeiro capítulo é uma especulação da questão ambiental que emergiu do modelo econômico capitalista de produção, configurou-se como um problema social e vem sensibilizando a sociedade em nível sempre crescente. Discorrer-se-á, inicialmente, sobre as origens da questão ambiental para a ciência e para o meio social, político e econômico, traçando um breve panorama de sua evolução histórica e de seus principais marcos. Em seguida, será contextualizada a empresa Rio Paracatu Mineração – RPM no âmbito global e local - do município de Paracatu.

1 O surgimento da questão ambiental com a ciência moderna

A questão ambiental surgiu, epistemologicamente, com a ciência moderna, no século XVI, quando cientistas, empenhados em decifrar a natureza, somavam o conhecimento teórico-empírico com a manipulação exata e prática. Com a descoberta de que o Sol era o centro do universo, Nicolau Copérnico inaugura a visão heliocêntrica em oposição à idéia geocêntrica que imperava na época de que a Terra era o centro do universo, defendida por Ptolomeu e apoiada pela Igreja. Copérnico sabia que essa teoria abalaria os fundamentos cristãos da época, por interferir em um dogma de fé e, então, apresentou sua descoberta apenas como uma hipótese. Após a morte desse cientista, Galileu Galilei retomou e reafirmou a teoria geocêntrica e a comprovou utilizando-se da linguagem matemática, tendo por caracteres as figuras geométricas. Galileu acreditava que não era possível ao cientista entender a natureza se não conhecesse a linguagem matemática.

Com base nas descobertas de Galileu, Francis Bacon formulou a teoria do método empírico, indutivo, que consistia em realizar experimentos sem interpretação sistemática e retirar deles conclusões gerais que podiam ser submetidas a novos experimentos com a intenção última de dominar e controlar a natureza. A idéia de dominação da natureza introduzida por Francis Bacon foi fortalecida por René Descartes, considerado o fundador da ciência moderna. Ele criou o método racional, dedutivo, que dispensava demonstrações e que consistia em decompor as coisas em pequenas partes para manipulá-las a fim de entender o funcionamento do todo.

Para Descartes, todos os fenômenos da natureza podiam ser explicados por demonstrações matemáticas.

Não admito como verdadeiro o que não possa ser deduzido, com a clareza de uma demonstração matemática, de noções comuns de cuja verdade não podemos duvidar. Como todos os fenômenos da natureza podem ser explicados desse modo, penso que não há necessidade de admitir outros princípios da física, nem que sejam desejáveis (DESCARTES apud CAPRA, 1982; p. 53).

O universo inteiro passou a ser visto como uma máquina que funcionava de acordo com leis mecânicas de compreensão da natureza, através do que tudo podia ser explicado. O princípio de disjunção, ou seja, retirar do contexto para melhor poder compreender determinado fenômeno, vai influenciar toda a formação da ciência e do pensamento moderno. Decorre desse método a ideia de separação: separar mente e corpo, trabalho mental e trabalho manual, doença física e doença psicológica, entre outros. Descartes ficou conhecido por sua célebre frase: “Penso, logo existo.” E os conceitos científicos elaborados por ele permaneceram apenas como teoria durante sua vida e foram concretizados com a colaboração de Isaac Newton, que formulou a concepção mecanicista da natureza sintetizando as idéias de Descartes e dos demais cientistas que seguiam a mesma linha de pensamento.

Newton formulou as leis gerais do movimento. Descobriu que a força que atrai os planetas para o Sol é a mesma que prende as coisas na Terra. Empregou sua lei matemática para explicar o movimento dos corpos sob influência da gravidade e o universo como um sistema mecânico, que funcionava de acordo com leis matemáticas. Segundo ele:

Deus criou, no princípio, as partículas materiais, as forças entre elas e as leis fundamentais do movimento. Todo o universo foi posto em movimento desse modo e continuou funcionando, desde então como uma máquina, governada por leis imutáveis (NEWTON, apud CAPRA, 1982; p. 61).

A ciência clássica procurou dar explicações exatas aos fenômenos naturais, sem deixar qualquer sombra de dúvida. A natureza seguia uma ordem simples, o que fugia ao domínio da ciência era considerado como ignorância humana que deveria ser superada. Negava-se, assim, a complexidade da natureza.

Essas descobertas científicas surgiram durante o desenvolvimento capitalista de produção e as conquistas burguesas; contribuíram para a criação de novas técnicas e meios de produção e para a expansão do domínio burguês. Com a descoberta da máquina a vapor, da engrenagem e outros, foi possível produzir em série e em grande escala; surgem as fábricas e o trabalho assalariado.

O avanço da técnica trouxe facilidades à vida humana, salvo as proporções entre pobres e ricos, como os transportes, os meios de comunicação, as técnicas da medicina, as vacinas e outros que vieram acompanhados pela contradição da ameaça de destruição da vida pela degradação da natureza, associada ao alto consumo da sociedade capitalista e suas desigualdades sociais.

A natureza serviu ao sistema como provedora dos recursos naturais e a seu “trabalho” não foi atribuído valor. Ela não representou nenhum custo para o projeto capitalista que seguiu a seu ritmo transformando-a. Ou seja, não foram avaliados os custos ecológicos para o projeto econômico capitalista que se fortaleceu na sociedade ocidental e chegou ao seu auge no século XVIII, com a Revolução Industrial pela exploração máxima da natureza, gerando um imenso passivo ambiental e a ilusão no progresso da civilização moderna.

A economia da produção capitalista foi tratada como prioridade absoluta. Foi separada do contexto da vida ecológica e social e os problemas decorrentes dessa forma compartimentada de pensar e lidar com as coisas resultou em questões ambientais graves como a poluição do ar, do solo, das águas; o esgotamento dos recursos naturais, o efeito estufa, o lixo tóxico; a fome, a miséria, as guerras e outros que se estenderam em nível sempre crescente no decorrer da história.

A concepção mecanicista de mundo permaneceu até o final do século XIX e início do século XX, quando cientistas se depararam com o acaso e a desordem que brotaram das ciências físicas com a irrupção do calor, a agitação, colisão e dispersão dos átomos e/ou moléculas, rompendo com a noção de ordem absoluta. A ordem e a desordem foram admitidas como ideias antagônicas, porém complementares, e esse fenômeno não podia ser descrito pela teoria mecânica que apresentava limitações em sua aplicação; surgiu, assim, a teoria da termodinâmica (MORIN 1998).

Descobertas novas aconteciam, também, no campo da Biologia, a respeito da evolução das espécies feita por Charles Darwin, contradizendo a ideia de um mundo projetado como uma máquina feita pelas mãos de um criador. Darwin apresentava provas convincentes da evolução biológica que deu origem a várias espécies, inclusive à espécie humana. O universo passava a ser visto como um processo em constante evolução, onde as mudanças ocorriam da forma mais simples para as mais complexas.

Essas duas últimas descobertas colocaram em crise a certeza na teoria mecanicista como base para explicar todos os fenômenos. O universo apresentava-se muito mais complicado do que se podia imaginar. Coube à Física, porém, através da teoria da relatividade de Albert Einstein e da teoria quântica de Werner Heisenberg, Niels Bohr, Max Plank, destronar a teoria mecanicista quando esses cientistas afirmaram que a matéria era algo alheio a nossa percepção de sentido do mundo.

Segundo o físico Capra:

Não podemos decompor o mundo em unidades ínfimas com existência independente. Quando penetramos na matéria, a natureza não nos mostra quaisquer elementos básicos isolados, mas apresenta-se como uma teia complicada de relações entre as várias partes de um todo unificado (1992; p. 75).

A incerteza se instaurou entre a comunidade científica para quem a natureza se apresentou de forma jamais conhecida, surpreendente, pois o mundo que se apresentava constituído por partes independentes e mecânicas revelou-se constituído por uma rede de interações complexas, de intrínseca dependência entre as partes. A teoria determinista foi sendo abandonada dando lugar ao princípio da incerteza (Heisenberg). O pensamento sistêmico decorrente da teoria dos sistemas de Ludwig von Bertalanffy surgiu como oposição radical ao pensamento mecanicista, e passou-se a conceber o mundo em termos de relações, de integração e interdependência. Dessa forma, “o conceito de natureza mudou, passando a incluir, também, os seres humanos que são, em essência, seres sociais” (LEONARDI, 1998; p. 203). Os seres humanos separados do contexto natural se viram incluídos nele, logo, os efeitos degradantes ao meio ambiente degradavam, também, a vida humana. Estes tornaram-se alarmantes e suscitaram a preocupação

pela preservação da vida.

1.1 Compreensões da questão ambiental para o meio social, político e econômico

A questão ambiental ganhou força e expressão no meio social e político durante a década de 1960, no âmbito dos debates teóricos e políticos sobre o sistema capitalista de produção e o modo de vida da sociedade de consumo como ameaças à vida no planeta. Nesse mesmo período, começaram a surgir várias ONGs – Organizações não Governamentais interessadas na preservação do meio ambiente. A primeira ONG ambiental mundial foi a WWF – World Wildlife Fund for Nature (Fundo para a Natureza). Em 1961 foi lançado o livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa) da bióloga Rachel Carson, que denunciava o uso de DDT e outros agrotóxicos no meio ambiente, provocando a proibição desse produto e contribuindo para a criação da Agência de Proteção Ambiental nos Estados Unidos.

Em 1968 formou-se o Clube de Roma, na Academia dei Lincei em Roma, integrada por cientistas de formações diversas. O Clube ficou conhecido por uma série de relatórios, destacando-se entre eles o denominado *Os Limites do Crescimento*. Segundo o relatório, o desenvolvimento econômico global se sustenta pela exploração crescente e insustentável dos recursos naturais e pelo comprometimento do meio ambiente humano. Sem limites a esse modelo de crescimento, a humanidade caminha para a catástrofe. No século XXI, o planeta enfrentaria graves problemas pela escassez dos recursos naturais, altos níveis de poluição, aumento populacional e industrial; crise energética e desemprego em massa culminando com o colapso da economia global.

A questão ambiental como problema social trouxe consigo a semelhança com as ideias do britânico Thomas Malthus, pois surgiu unida à discussão sobre o crescimento demográfico e seus problemas. Malthus viveu durante a Revolução Industrial e foi o primeiro pensador a se preocupar com a escassez dos recursos naturais e suas consequências para o crescimento econômico capitalista. Malthus tinha por objetivo demonstrar que o princípio da população era um obstáculo à realização dos ideários burgueses de uma sociedade igualitária. Para ele, a oferta de alimentos não seria suficiente para suportar o crescimento populacional e a crise decorreria pela ocupação de todas as terras agricultáveis. A pobreza era apontada

por Malthus como a causa principal da crise econômica pelo esgotamento dos recursos naturais.

Nobre (2002) afirma que a novidade do relatório *Limites do Crescimento* frente ao malthusianismo clássico foi a apresentação de um modelo matemático de suas ideias

que tratava simultaneamente cinco diferentes variáveis: industrialização (crescente), população (em rápido crescimento), má nutrição (em expansão), recursos naturais não-renováveis (em extinção) e meio ambiente (em deterioração) (p. 29).

Outra novidade era que, se fossem mantidos os crescimentos de todas essas variáveis, a situação futura seria de catástrofe e os limites do crescimento seriam alcançados em menos de cem anos. Várias críticas surgiram das declarações do relatório, que conservava a visão linear de crescimento sem considerar possíveis interferências educacionais, técnicas e econômicas que poderiam controlar o crescimento populacional e encontrar alternativas para a produção agrícola. De um lado, estavam os otimistas pela esperança tecnológica que supera tudo, e, de outro lado, estavam os que defendiam a relevância do *Limites do Crescimento* de que a catástrofe é possível se não forem tomadas providências enérgicas à utilização dos recursos naturais. Esse relatório foi editado no ano de 1972 durante a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente Humano e pautou as discussões sobre questão ambiental, ou seja, a validade do crescimento econômico e da industrialização. Assim, *Limites do Crescimento* foi o responsável pela popularização da questão ambiental a partir da década de 1960.

Os anos 70 foram marcados pelo surgimento da questão ambiental mundial durante a *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano* em Estocolmo (1972), na Suécia, com a participação de 113 países e 250 organizações não governamentais – ONGs convocadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). A questão ambiental desde essa Conferência foi introduzida na agenda internacional e passou a ser a quarta das principais preocupações da ONU, sendo as outras três: a paz, os direitos humanos e o desenvolvimento equitativo.

O modelo de crescimento econômico foi apontado como um dos principais responsáveis pela questão ambiental, porém, seus limites foram tratados com um

tom mais ameno do que no *Limites do Crescimento* a partir de ações no processo de produção. O resultado principal da Conferência foi a Declaração sobre o Ambiente Humano ou Declaração de Estocolmo e das discussões emergiram agências estatais de meio ambiente, como exemplo, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e foram criadas metas para conciliar o crescimento econômico com o meio ambiente.

De acordo com Marcos Nobre (2002), o relatório *Limites do Crescimento*, que pautou as discussões durante a Conferência de Estocolmo, apresentou três objeções básicas: primeiro, não havia diferenciação por regiões, países, cidade e campo, norte e sul no globo; segundo, pressupôs que nenhuma alteração relevante ocorreria no desenvolvimento tanto social como político, técnico ou econômico e, terceiro, apresentou o “crescimento zero” como única alternativa para os problemas apresentados. Dessas constatações surgiu o conceito de *Ecodesenvolvimento* em 1973, a *Declaração de Cocoyok* em 1974 e o relatório da *Fundação Dag-Hammarskjolk* em 1975. A relação entre desenvolvimento e meio ambiente balizava as teorias sobre a questão ambiental na década de 1970.

O conceito de *Ecodesenvolvimento*, crescer sem destruir, foi formulado pelo canadense Maurício Strong e os seus princípios foram elaborados por Ignacy Sachs. Segundo esse conceito os caminhos do desenvolvimento seriam: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas e programas de educação (SACHS, 1986).

O ecodesenvolvimento teria mais chances de se desenvolver, primeiramente, nos países subdesenvolvidos, regiões rurais da América do Sul, Ásia e África, envolvendo uma crítica à sociedade industrial, pois o ecodesenvolvimento negava a implicação de degradação dos recursos naturais em função do desenvolvimento e apontava a necessidade de uma alteração dos padrões de consumo dos países industrializados e das elites dos países do Terceiro Mundo.

Em 1980 o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), publicou um documento com o título: *Uma estratégia mundial para a conservação*.

Segundo o documento, a conservação dos recursos naturais seria alcançada com o desenvolvimento econômico que aliviaria a pobreza. E em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMAD) ou “Comissão Brundtland”, presidida pela primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, indicou a elaboração de uma declaração universal sobre a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável. Desta proposta surgiu o Relatório Brundtland, também chamado de *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum).

O Relatório esclarece que a questão ambiental não é consequência somente do crescimento econômico, mas do agravamento do subdesenvolvimento do Terceiro Mundo e retoma a pobreza como uma das principais causas da questão ambiental, ou seja, a questão ambiental nos países do Terceiro Mundo foi atribuída à falta de desenvolvimento que reduz a capacidade de uso dos recursos naturais de forma sustentável. Nesse caso, o crescimento econômico deixa de ser problema e passa a ser solução para a questão ambiental. A superação da pobreza nos países subdesenvolvidos foi condicionada ao crescimento contínuo dos países industrializados e o Relatório propôs modelos de desenvolvimento econômico para ambos os países.

O Relatório segue com as críticas quanto à imprecisão de análise da pobreza como principal responsável pela degradação ambiental, uma vez que os países mais desenvolvidos são os que mais emitem dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera, principal responsável pelo aquecimento global. Segundo Melissa Curi (2005), os Estados Unidos são responsáveis por 36,1% desse aquecimento, seguidos da Rússia com 17,4% e Japão com 8,5%. Além de que, o acesso à tecnologia dos países industrializados pelos países subdesenvolvidos e as práticas comerciais que deveriam favorecer a ambos não se estabelecem como deveriam fortalecendo os níveis de miséria e pobreza, dentre outros exemplos.⁸

⁸“Os países desenvolvidos – como os da Europa Ocidental, os Estados Unidos, o Canadá e o Japão – destruíram suas florestas, cresceram e prosperaram. Hoje, embora possuam só um quinto da população do planeta, detêm quatro quintos dos rendimentos mundiais e consomem 70% da energia, 75% dos metais e 85% da produção de madeira mundial.” Site: http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/conteudo_253481.shtml. Acesso em: 18 de mar. 2009.

A Comissão Brundtland definiu o conceito de desenvolvimento sustentável como: “O desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as capacidades das gerações de satisfazerem suas necessidades”.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi resultado de embates entre interesses econômicos, políticos e ideológicos de otimistas tecnológicos e ambientalistas preocupados com a possível catástrofe. Os divergentes tentaram um entendimento unindo o desenvolvimento econômico com sustentabilidade. Conceitos contraditórios, porém aceitos por parte dos ativistas da questão ambiental com a intenção de “internalizar as externalidades socioambientais” ao sistema econômico (LEFF, 2001 p. 24). Ou seja, atribuir valor ao “trabalho” da natureza na produção de recursos naturais e internalizar os custos socioambientais ao processo de produção. Integrar ao sistema econômico a questão ambiental e social e institucionalizar a questão, “elevar a questão ambiental ao primeiro plano da agenda política internacional e fazer com que as preocupações ambientais penetrem e conformem as decisões sobre políticas públicas em todos os níveis” (NOBRE, 2002; p. 25).

Para Nobre (2002), o conceito foi facilitador na efetivação desses propósitos, porém segue com a sua imprecisão e contraditoriedade pela dificuldade de conciliar desenvolvimento e sustentabilidade. De acordo com o autor, Desenvolvimento Sustentável é um “conceito vago e está longe de estabelecer um campo ‘neutro’ de disputa política” (p. 26). Ele ganhou o apoio que faltou ao Ecodesenvolvimento e se tornou a “palavra-chave para agências internacionais de fomento, o jargão do planejador de desenvolvimento, o tema de conferências e papers eruditos” (p. 23). E a sustentabilidade não é tratada com a emergência devida.

A década de 90 foi considerada de maior avanço na questão ambiental na maioria dos países. Nesse período as discussões sobre as alterações climáticas e aquecimento global do planeta ganharam força. Em 1992 aconteceu a *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (CNUMAD/UNCED) no Rio de Janeiro - Brasil, a chamada Eco-92, Rio-92 ou Cúpula da Terra, que reuniu 175 países e 102 chefes de Estado e de Governo convocados pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU).

A Rio-92 foi identificada como ponto culminante do projeto de institucionalização da questão ambiental e cumpriu o seu objetivo ao propor um modelo de desenvolvimento comprometido com a preservação do meio ambiente. Durante esse evento foram tratadas questões relativas à degradação ambiental e à estrutura econômica global como desarmamento, guerra, desertificação, crescimento populacional, poluição, povos indígenas, discriminação, racismo, arsenal nuclear, entre outros. Foram aprovados vários documentos, convenções, declarações e princípios como: a Agenda 21, Convenção sobre Diversidade Biológica, Declaração do Rio ou Carta da Terra, Declaração de Princípios sobre Florestas e Convenção Quadro sobre Mudanças Climáticas.

É importante salientar que a Agenda 21 foi o resultado central da Rio-92, em que consta um plano de ação participativo e sustentável assumido por 175 Estados, considerada por ser resultado de negociação prévia entre as nações, diferindo da forma como o tema era tratado até então. A Agenda está dividida em quatro sessões: 1) dimensões sociais e econômicas; 2) conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento; 3) fortalecimento do papel dos principais grupos sociais e 4) meios de implementação.

Gadotti (2002) relaciona o que a Agenda é e o que não é: não é uma agenda ambiental, é uma agenda para o desenvolvimento sustentável; não é documento normativo, é um documento ético, pois não obriga as nações a cumpri-la; não é técnico, é político. A Agenda tem por objetivos: promover padrões de consumo e produção que reduzam as pressões ambientais e atendam às necessidades básicas da humanidade e desenvolver uma melhor compreensão do papel do consumo e da forma de implementar padrões de consumo mais sustentáveis.

A Agenda 21 é importante, também, por reconhecer e garantir a diversidade cultural e a dignidade humana; o respeito à pluralidade étnica dos povos indígenas e quilombolas, às comunidades tradicionais de seringueiros, ribeirinhos, castanheiros e camponeses. A conservação e o respeito a essas comunidades contribuem para o desenvolvimento de forma sustentável, elas são conhecedoras do ecossistema e possuem normas culturais que conformam com a preservação do ambiente.

Paralelo à Rio 92 aconteceu o Fórum Global 92 organizado pela sociedade civil com mais de 10.000 representantes de organizações não governamentais (ONGs) de diversas partes do mundo que tratavam de temas diversos relacionados às crianças, mulheres, índios e jovens. Durante a Rio 92 foi elaborada a primeira minuta da Carta da Terra. A aprovação final do texto completo aconteceu em 2000 pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), e dentre seus princípios éticos apresenta-se a proposta de justiça social e econômica com especial atenção às minorias.

Em 1997 realizou-se no Rio de Janeiro um encontro que recebeu o nome de Rio+5 – cinco anos depois da Rio 92, e em 2002 aconteceu a Rio + 10 – dez anos depois da Rio 92 - em Johannesburgo na África do Sul. Esses encontros tiveram como objetivo avaliar a implementação da Agenda 21 e ambos concluíram que havia poucos avanços das propostas levantadas.

Melissa Curi (2005) ao citar Camargo (2003) diz que

O encontro em Joahanesburgo mostrou que ainda não estamos prontos, pois ainda prevalecem os interesses comerciais e econômicos sobre os direitos humanos e a preservação ambiental; ainda prevalecem os interesses de países ou blocos de países. Ressalta que essa conferência das Nações Unidas pode ser a última do gênero, em virtude da decepção geral que causou e dos poucos resultados obtidos, bem como pela constatação das omissões e dos retrocessos constatados desde a Eco 92 em relação a acordos e metas fixados (p. 47).

A seguir serão apontados os efeitos dos eventos internacionais para o Brasil.

1.2 A Questão ambiental no Brasil

No Brasil, em 1973, foi criado o primeiro órgão de meio ambiente, a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), e em 1981 estabeleceram-se os princípios e objetivos da Política Nacional de Meio Ambiente. Na mesma época, foi instituído o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) responsável por articular as leis que tratavam dos bens ambientais como água, floresta, fauna, e que até então eram compartimentados. Criou o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Tornaram-se obrigatórios o estudo de impacto ambiental e o licenciamento para atividades de potencial degradante e o Ministério Público foi

legitimado para promover a responsabilidade civil e criminal por danos causados ao ambiente.

Segundo Juliana Santilli (2005), as leis ambientais brasileiras criadas nos anos 70 seguiam uma orientação conservacionista, pois se ocupavam da proteção de ecossistemas e espécies. Resultam daí a proibição à pesca de baleias e à pesca em períodos de reprodução, e a proibição de determinadas atividades em áreas de poluição crítica, regulação do uso de agrotóxico sem uma dimensão social claramente definida. E se ocupavam, ainda, do controle e repressão de práticas degradantes ao ambiente. Essa realidade passou a mudar durante os anos 90 e, a partir de 2000, com a criação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, são criados os mecanismos e instrumentos de gestão dos bens sociais e ambientais, além da repressão a práticas degradantes. Santilli (2005) chama a atenção para a dimensão social da questão ambiental e para a mudança nas leis brasileiras que passaram a considerar o meio ambiente natural e também o social para conservação, proteção e gestão.

Um dos grandes marcos para a questão ambiental no Brasil foi a aprovação da nova Constituição Federal em 1988, que dedicou um capítulo inteiro ao meio ambiente e declara:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (artigo 225, caput).

A Constituição trouxe um significativo avanço na proteção à biodiversidade e à sociodiversidade, reconhecendo os direitos coletivos e especiais dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais no que concerne aos territórios que ocupam. A Aliança dos Povos da Floresta, formada nesse período pelas populações tradicionais da Amazônia brasileira constituída por índios, seringueiros e castanheiros contribuiu para definir a dimensão social da questão ambiental. O movimento era liderado pelo seringueiro e líder sindical Chico Mendes, que ficou conhecido internacionalmente pela frente de defesa do modo de vida das

populações amazônicas e conservação da floresta ameaçada por grandes projetos de abertura de rodovias e desmatamentos destinados a finalidades diversas.

O extrativismo foi redescoberto como uma atividade não predatória, uma possível via de valorização econômica da Amazônia, e passou a ser exaltado como alternativa ao impacto ambiental devastador provocado pelos projetos desenvolvimentistas. (SANTILLI, 2005; p. 32)

Todo esse movimento contribuiu para a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros e criação das reservas extrativistas. Contribuiu também para a compreensão de que as questões sociais e ambientais, natureza e ser humano, caminham juntos. De que é possível um modelo de desenvolvimento que respeite a preservação da natureza.

Em 1986 foi criada a Fundação SOS Mata Atlântica por um grupo de ambientalistas paulistas que influenciaram na criação do primeiro Conselho de Meio Ambiente (CONSEMA) e da primeira Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Em 1989 foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e instituído o Fundo Nacional do Meio Ambiente. Esses acontecimentos no Brasil surgiram acoplados ao movimento global pela preservação ambiental, influenciando e sendo influenciado por eles.

Embora haja esforço por conciliar sustentabilidade com desenvolvimento, a realidade mostra que existe a dificuldade de produzir uma mudança no modelo de desenvolvimento capitalista. Para Gilberto Dupas (2008), a dificuldade reside no fato de o mercado livre ser a lei, de os grandes atores econômicos possuírem total liberdade de definir a direção dos vetores que determinam o “progresso” e de características dos produtos, objetos de desejo, da comunidade de consumo.

2 O Mercado Livre Global e a empresa Rio Paracatu Mineração - RPM

No projeto de desenvolvimento capitalista o único objeto planejado para ser globalizado foi a economia, ou seja: “o capital, que significa dinheiro e outros recursos necessários para fazer as coisas, para fazer mais dinheiro e mais coisas” (BAUMAN, 1999; p.63) e , em seu percurso, foi agregando aspectos político, cultural e social, transcendendo a possibilidade de intervenção política dos estados e tornando complexa a globalização.

Entre os sujeitos que estão no centro das principais questões econômicas destacam-se as três organizações: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) que se organizam num processo de desorganização de outros centros nacionais, regionais e territoriais, contando, para isso, com a atuação das grandes empresas transnacionais e outros organismos (SANTOS, 2006).

É importante que se saiba: as organizações⁹ que estão no centro das principais discussões econômicas, citadas anteriormente, surgiram durante a segunda Guerra Mundial em julho de 1944, durante Conferência Financeira e Monetária que reuniu representantes de quarenta e cinco Estados e Governos em Bretton Woods, New Hampshire – EUA, com o objetivo claro de financiar a reconstrução da Europa do pós-guerra e salvar o mundo dos problemas econômicos futuros, regulamentando e impedindo as guerras comerciais, protegendo os interesses das nações pobres, protegendo a saúde, a segurança, os meios de vida e a cultura dos povos.

A mudança rigorosa no objetivo dessas organizações ocorreu justamente no ano de 1989, durante o Consenso de Washington, quando os governos dos países dos Estados Unidos e Reino Unido pregavam a ideologia do livre mercado, e ao FMI e ao Banco Mundial foi atribuída a missão de impor aos países pobres essas idéias. Estas duas organizações passaram a ser manipuladas pelo G7, ou seja, o grupo dos sete países mais desenvolvidos: Estados Unidos, Canadá, Japão, Alemanha, Itália, França e Reino Unido, atualmente G8 com a participação da Rússia. A missão inicial

⁹ “O FMI – Instituição pública, mantida com dinheiro fornecido por países do mundo todo, foi criada com a finalidade de assegurar a estabilidade econômica global, tratando de questões macroeconômicas como déficit do orçamento do governo, política monetária, inflação e créditos de curto prazo para superar dificuldades temporárias. Impedir a repetição da depressão econômica ocorrida em 1930 exercendo pressão sobre os países que não contribuíssem de forma adequada e fornecendo empréstimos aos países quando necessário. O Banco Mundial – Bird, Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento tinha como objetivo tratar dos assuntos microeconômicos, ou seja, questões ligadas ao mercado de trabalho, políticas comerciais, gastos do governo, instituições financeiras do país e conceder empréstimos em longo prazo aos países em desenvolvimento. A Organização Mundial do Comércio – OMC foi pensada para controlar as relações comerciais internacionais, impedir a depressão na economia e encorajar o fluxo da economia. Porém, somente em 1995 esta organização tomou forma devido à dificuldade de se chegar a um entendimento final sobre as tarifas e o comércio. Diferentemente das outras duas instituições, a OMC não estabelece regras, ao contrário, fornece um fórum para negociações comerciais” (STIGLITZ, 2002).

do FMI de “conceder recursos aos países que enfrentavam um declínio econômico, de modo a permitir sua reestruturação ao ponto de reduzir o desemprego ao máximo” (STIGLITZ, 2002; p. 17) fracassou. E aos países do Terceiro Mundo foi imposto um modelo de desenvolvimento econômico neoliberal para benefício de uma pequena elite empresarial (CAPRA, 2005).

Milton Santos (2006) identifica as organizações transnacionais como centros frouxos, instituições cegas que atuam sem objetivos morais - solidários e sem metas definidas, ou seja, espalhadas pelo globo não determinam aonde querem chegar com a produção de dinheiro e mais coisas. E as empresas transnacionais, instrumentos de concentração e acumulação de riquezas, exercem um papel fundamental neste processo, pois são elas as executoras do plano de globalização, que transpõem as fronteiras entre as nações, se fixam em seus territórios, extraem suas riquezas e se fortalecem ligadas em redes de informação e riqueza.

Maria Lúcia A. Leonardi (1998) segue a mesma reflexão de Milton Santos quando afirma que o conceito de centro mudou com a globalização, para ela o centro inexistente e o que existe são espaços de decisões. É uma categoria que precisa ser revista, e sugere sua substituição para *rede de espaços decisórios*. Antes de exemplificar uma *rede de espaços decisórios* serão apontados os traços da sociedade global identificados pela autora: a transnacionalização das instituições; o desenvolvimento tecnológico; a ocidentalização do mundo; a desterritorialização e declínio das metrópoles e o enfraquecimento dos Estados – nações.

Em todas as sociedades está em curso a transnacionalização das instituições sociais, econômicas, políticas, culturais. O desenvolvimento tecnológico está intimamente ligado a isso, pois contribui para o controle interno da economia pelas inovações tecnológicas e organizadoras do setor transnacional. A ocidentalização do mundo é mais visível no campo cultural havendo recriações locais, é uma roupagem nova e mais sofisticada de colonização e imperialismo. A desterritorialização e o declínio das metrópoles são alcançados pelo deslocamento, dissolução de fronteiras, raízes, centros decisórios, pontos de referência afetando concepções de espaço, tempo, valores e teorias. A desterritorialização acompanhada pela transnacionalização influencia o subjetivo das pessoas e os

sentimentos. O enfraquecimento dos Estados-nações tem a ver com o fortalecimento das empresas e organismos internacionais.

Esse movimento global da economia teve início no século XV com as primeiras embarcações que saíram da Europa rumo às Américas para expansão do sistema capitalista de produção. O que difere da ação de globalizar nestas últimas décadas após o Consenso de Washington são os recursos da tecnologia e da comunicação em rede que possibilitaram uma surpreendente velocidade nas ações de globalizar.

A desterritorialização é uma característica nova da globalização. Leonardi (1995) cita Otavio Ianni (1992):

A desterritorialização manifesta-se tanto na esfera da economia, como na política e cultura. Todos os níveis da vida social, em alguma medida, são alcançados pelo deslocamento ou dissolução de fronteiras, raízes, centros decisórios, pontos de referência. As relações, processos e estruturas globais fazem com que tudo se movimente em relações conhecidas e desconhecidas, conexas e contraditórias (p.197).

Ao contrário da colonização europeia que preservava os territórios, a globalização os altera e esta desterritorialização manifesta-se em vários aspectos da vida. Capra (2005) afirma que quando se alcança o domínio cultural tende-se a uma homogeneização pela proliferação das mesmas franquias de restaurantes e hotéis, da arquitetura de arranha-céus e dos *shoppings centers* criando uma monocultura da mente, a ocidentalização do mundo. Leonardi (1998) discorda do termo homogeneização utilizado por Capra e diz que, ao contrário da homogeneização, a globalização tem a ver com dominação no momento em que produz diferenciação e cita, como exemplo, o movimento da globalização que acontece diferentemente nos países avançados e periféricos, reproduzindo e reforçando as contradições sociais. O fato de multiplicar as franquias pelo mundo, segundo Leonardi, não caracteriza homogeneização, caracteriza dominação, enquanto evidencia as diferenças.

A economia possui autonomia diante da política e move-se mais rápido que os outros objetos. Para a autora (1998), essa autonomia da economia se manifesta por sua organização e/ou consórcio transnacional que possibilita que uma mesma empresa seja sustentada simultaneamente por fundos fiscais de diversos países,

enquanto os Estados têm pouca participação em sua política. Para Milton Santos (2007), nesse processo de globalização o estado tem um papel: o de assegurar condições para a permanência dessas empresas em seus territórios. Dessa forma, ele próprio se internacionaliza por suas funções externas e internas.

Leonardi (1998) aponta outras características da globalização como: a revolução da informática e a energia nuclear como potente arma de guerra. Na área política e cultural, o predomínio da língua inglesa e a ascendência de políticas e governos neoliberais pelo mundo.

É nesta rede econômica global que se encontra a empresa transnacional Rio Paracatu Minerações S.A. (RPM) operando no Morro do Ouro, na cidade de Paracatu, desde 1987. O controle acionário da RPM pertencia ao grupo Rio Tinto Brasil, de origem inglesa, com 51% das ações, e a Autram Mineração do grupo TVXNA – TVX Normandy Américas, com 49%. Em 2004 a RPM foi adquirida e passou a ser controlada pela empresa de capital aberto Kinross Gold Corporation, de origem canadense com sede em Toronto, a oitava entre as líderes mundiais na produção do ouro.

A Kinross foi criada em 1993 e atua na produção de ouro em cinco países com um total de nove minas: Brasil, Chile, Estados Unidos, Rússia e Canadá. As atividades na América Latina foram iniciadas no Chile em 1998, na Mina de Refúgio e

no início de 2007, a Kinross Gold Corporation ampliou suas frentes de atuação, ao assumir o controle acionário da Bema Gold Corporation, também canadense, detentora de reservas na América do Sul (Brasil e Chile), América do Norte e Rússia. (...) No Brasil, a Kinross detém 100% do capital da Rio Paracatu Mineração S.A., RPM, e participação de 50% no controle acionário da Mineração Serra Grande S.A., MSG, colocando-se entre as três principais produtoras de ouro do país. Na América do Sul, são quatro minas em operação: duas no Brasil e duas no Chile, que abrigam um significativo portfólio de projeto de exploração. (...) Na mina subterrânea de Crixás (em operação desde 1989), com sede no Estado de Goiás e operada pela sócia AngloGold Ashanti, os níveis anuais de produção de ouro chegam a 6 toneladas, com teor aurífero de 7,4 gramas por t. Acumulando resultados que, traduzidos em cifras, refletem a robustez de suas atividades, a Kinross reforça continuamente sua presença no mercado brasileiro, por meio de campanhas de sondagem, que abrem novas frentes de crescimento

para o setor de mineração (Kinross. Relatório de Desenvolvimento Sustentável, 2006; p.8).

No Brasil a Kinross está presente desde 2003 e, além dos investimentos em Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás, também desenvolve pesquisas no Maranhão, Pará e Tocantins. Em Paracatu, as características principais da mina explorada pela Kinross são: a lavra a céu aberto e o teor do ouro no Morro do Ouro considerado o mais baixo do mundo: 0,43 gramas por tonelada de minério beneficiado, exigindo processos sofisticadíssimos e de alta tecnologia.



Mina da RPM sobre o Morro do Ouro fazendo divisa entre o assentamento urbano de Paracatu, a oeste, e assentamentos rurais, a leste, onde se encontra a comunidade Santa Rita. Foto: RPM, 2006

Apesar de a mina possuir o menor teor de ouro do mundo, as pesquisas mostraram o potencial das reservas ao chegar às camadas mais profundas do solo, incentivando a Kinross em 2007 a investir US\$ 470 milhões para expansão de suas atividades com previsão de se estender por mais de 30 anos a vida útil da mina, até o ano de 2037, elevando a capacidade de produção de 5 para 15 toneladas anuais de ouro a partir de 2008, passando da lavra de céu aberto para lavra em cava.

A empresa se expande em direção ao povoamento rural¹⁰ e urbano de Paracatu e em seu entorno rural existem cinco comunidades - São Domingos, Lagoa

¹⁰ "A Área Diretamente Afetada (ADA) corresponde àquela onde o empreendimento será desenvolvido. Sua extensão territorial é de 4.858 hectares, compreendendo 56 propriedades rurais e

de Santo Antônio, Lavrado, Machadinho e Santa Rita. Lavrado e Machadinho serão extintas, pois estão na área diretamente atingida. É comentada a alegação da comunidade Machadinho em estudos da RPM como sendo área quilombola e ambas, empresa e Machadinho, aguardam o reconhecimento pelos órgãos governamentais competentes para determinar a interação entre elas. São Domingos e Lagoa de Santo Antônio são comunidades remanescentes de quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares e ficam na área do entorno do empreendimento, como também a comunidade Santa Rita, que fica situada abaixo da atual represa de rejeitos, às margens do Ribeirão Santa Rita.

No Brasil, a Constituição Federal determina que todos os minérios existentes no solo e subsolo são de propriedade da União (art. 176, caput), pois entende que esses recursos são estratégicos para o desenvolvimento da nação, cabendo a ela regular o modo de acesso aos recursos minerais através de órgãos competentes. E tem como um de seus princípios que os interesses individuais, mesmo que legítimos, devem ser sacrificados em favor dos interesses coletivos. A autorização para exploração poderá ser recusada nos casos em que a lavra for considerada prejudicial ao bem público ou comprometer interesses que superem a utilidade da exploração industrial.

A indústria mineral no Brasil gera mais de oito bilhões de dólares de produto econômico por ano. A mineração responde por ano por 11% do Produto Interno Bruto – PIB e por 25% das exportações nacionais, além de dar emprego e renda a quase três milhões de famílias. A atividade é considerada compatível com o desenvolvimento sustentável por seu caráter utilitário-desenvolvimentista que a legitima pela essencialidade dos recursos minerais para a sociedade moderna, na possibilidade de benefícios socioeconômicos e de impactos transitórios ao meio ambiente e obedecidos os critérios de proteção ambiental de recuperação da área degradada (CURI, 2005).

A mineração é um exemplo localizado, existem outros empreendimentos espalhados pelo mundo com menos ou mais poder de degradação como a siderurgia, a agricultura, a urbanização desordenada a petroquímica e as grandes

o vilarejo do Lavrado, onde estão inscritas 28 residências. A área diretamente afetada encontra-se integralmente localizada no meio rural” (RPM, 2006; p. 114).

barragens. O interesse é com a questão ambiental e social que decorre desse modelo capitalista de produção.

CAPÍTULO II - Metodologia

Este capítulo apresenta a metodologia aplicada neste estudo realizado através de técnicas de coletas de pesquisa qualitativa.

1 Movimento da pesquisa

Este estudo teve como objetivo conhecer e compreender as mudanças sociais, econômicas e culturais que ocorreram no modo de vida dos moradores da comunidade Lagoa Santa Rita com a implantação da empresa Rio Paracatu Mineração – RPM, desde 1987.

O período para pesquisa de campo teve a duração de 59 dias: do dia 16-07-2007 a 31-07-2007 e 07-07-2008 a 15-08-2008.

Escolheu-se a comunidade rural Santa Rita por três motivos:

- sua localização abaixo da barragem de rejeitos da empresa;
- é uma comunidade de tradição centenária;
- possui conhecimento popular para as práticas produtivas no campo que conformam com a preservação do meio ambiente.

Sua população foi estimada em 428 pessoas considerando as 107 habilitações (indicadas pela Superintendência de Saúde Pública - SUCAM) multiplicada por quatro (média de habitantes por residência adotada pelo IBGE).

A pesquisa foi estruturada em duas bases: teórico conceitual para compreensão e interpretação dos dados da pesquisa e empírica, constituída pelos resultados das entrevistas, da observação participante e das fotografias. Optou-se claramente por uma abordagem teórica interdisciplinar necessária para compreensão de conceitos que envolvem a questão ambiental, especialmente no âmbito das ciências sociais, físicas e biológicas.

Sobre a base empírica, as entrevistas e o processo de observação contribuíram para compreensão da realidade pesquisada. Com objetivo de estabelecer uma ordem lógica para as entrevistas e suscitar ao máximo as

expressões dos valores e experiências vividas pelos moradores pela interação com a natureza, utilizou-se três instrumentos:

- Formulário para identificação do entrevistado: a - idade, sexo, cor/raça, trabalho e constituição familiar; b – situação de posse da terra, tempo de moradia, hectares de terra, cultura cultivada, animais criados e infra-estrutura.
- Formulário para identificação da comunidade, dirigida aos representantes da associação dos moradores – saúde, educação, entidades organizativas internas da comunidade e respectivas infra-estruturas.
- Entrevista semi-estruturada dirigida aos moradores da comunidade, contendo dois eixos balizadores: a - descrição do meio ambiente: o Morro do Ouro, suas paisagens e lendas, a posse da terra, o modo de viver da população e a organização da comunidade; b - descrição do meio ambiente com a presença da empresa – benefícios e desafios encontrados.

O contato com os moradores, a princípio, não foi tão simples. Pensavam que a pesquisadora tivesse alguma ligação de interesses com a empresa RPM e, mesmo apresentando documentação que a comprovavam como pesquisadora, mostravam-se duvidosos e temiam falar de suas vidas com medo de represálias. As represálias, segundo eles, poderiam vir na negação de benefícios para a comunidade e nas atitudes de difícil negociação na compra de suas terras quando não houver mais condições de sobreviver nelas. A empresa é a única interessada por seus terrenos comprometidos pela mineração industrial. Essas informações, obviamente, foram obtidas depois de adquirida a confiança dos entrevistados. A pesquisadora participou de momentos informais em festas, feira e visitas para observação participante acompanhada por um membro de confiança dos moradores que contribuía para justificar a pesquisa.

Duas famílias, que haviam vendido suas terras e aguardavam o prazo de 90 dias para deixar o local, não quiseram responder as entrevistas e foram respeitadas. Manifestaram-se aflitas e revoltadas. Diziam-se obrigadas a sair por sentirem-se molestadas. Elas moravam bem próximas à barragem de rejeitos. Os contatos contribuíram para observação da reação dos moradores ao ter que abandonar suas terras, tradições e histórias de forma involuntária.

As entrevistas foram gravadas com permissão dos entrevistados, que receberam nomes fictícios. A transcrição manteve a originalidade dos depoimentos sem nenhuma correção de conteúdo formal e lógico. Foram consideradas e transcritas as observações de familiares que estavam também presentes durante as entrevistas.

Foram consultados os jornais da região que focavam a empresa Rio Paracatu Mineração e a população local, tanto de Santa Rita como outras. Foram feitas consultas a museu, arquivo público, biblioteca pública e secretaria de cultura.

Em um terceiro momento, foram ouvidos técnicos diretamente ligados à empresa RPM, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Caritas Diocesana e Acangaú, com o objetivo de confirmar impressões suscitadas pelas entrevistas na comunidade Santa Rita.

2 Perfil dos Entrevistados

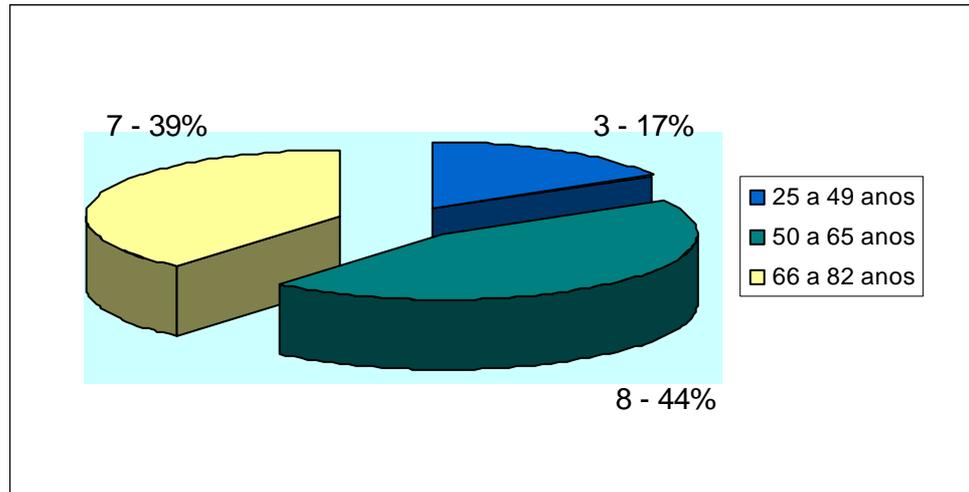
Para as entrevistas foram selecionados *18 moradores*, descendentes, em sua maioria, de antigos proprietários de terras.

Nasci, criei, casei, viuvei e estou aqui até hoje. 82 anos que eu nasci e nunca saí, a casa da minha mãe era logo ali, em cima aqui, pertim. (Esmeralda)

Isso aqui é um direito da minha mãe. Pra mim casar eu pedi ela: Mãe, eu quero fazer minha casinha aqui, posso fazer? Uai, meu filho, faz sim. Fiz minha casa aqui, moro aqui, criei meus nove filhos, hoje vive eu e minha esposa aqui, tem dois caçulas, meus caçulas estão tudo trabalhando. (Jacinto)

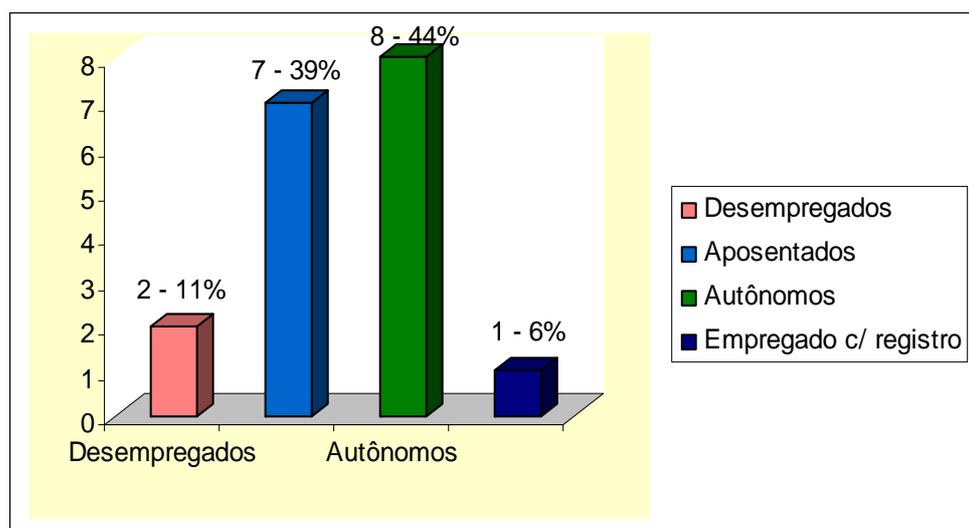
A seleção foi facilitada pela indicação dos próprios moradores que sugeriram pessoas que, para eles, representavam a comunidade. As exigências para a seleção foram: ser maior de 21 anos, tendo como referência o ano de 1988; um ano após a data da implantação da empresa RPM no Morro do Ouro e morar na comunidade.

Faixa etária



A faixa etária variou entre 25 e 82 anos e a concentração ficou nas idades entre 50 a 65 com número expressivo de idosos e aposentados. Entre os entrevistados, sete são do sexo feminino e 11 do sexo masculino; 16 casados e dois solteiros; 13 entrevistados se autodenominaram pardo/mulato/moreno, três negro/preto e dois brancos.

Situação de trabalho

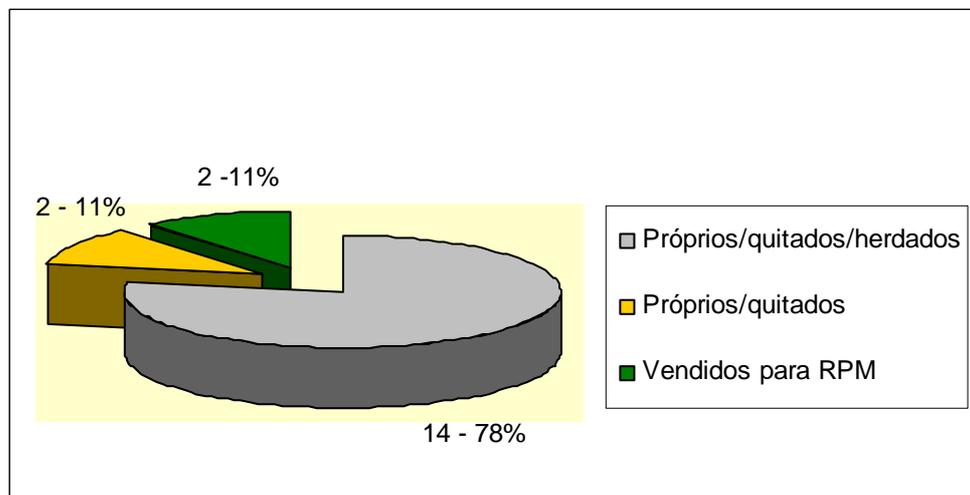


Quanto à situação de trabalho, dos 18 entrevistados sete se declararam aposentados e continuavam exercendo alguma atividade no terreno, como diz o Ladislau:

Aqui a gente adora o que a gente construiu, né? Lutou pra adquirir e tudo, e pra zelar as coisas, né? Tem um porquim pra gente cuidar, olhar uma vaca, é os donos mesmo que sabe como é que faz, né?

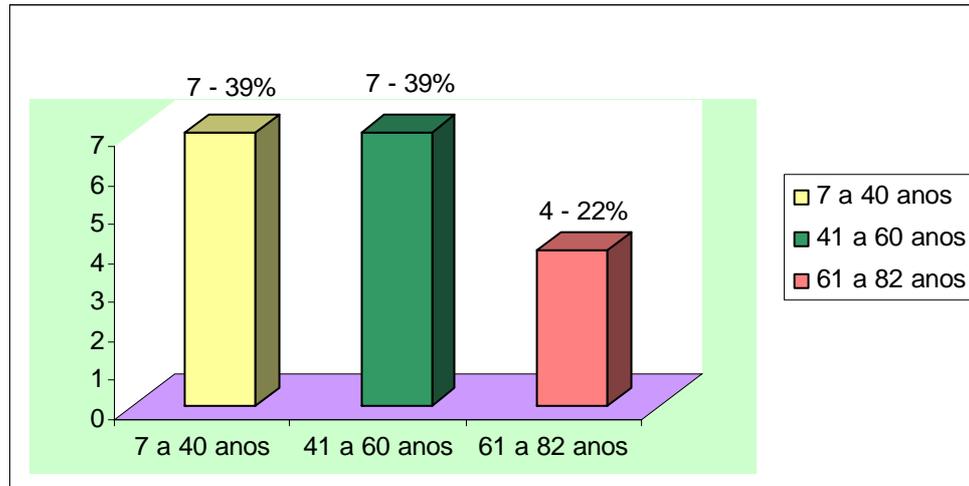
Dessa forma possuem certa independência e continuam ativos nas “lidas da roça”. Os moradores que se declararam autônomos são oito e todos trabalham no cultivo da agropecuária nos seus terrenos. Somente duas pessoas disseram que estavam desempregadas, duas mulheres que moram em pequenos lotes sem espaço para maiores cultivos e apenas um dos entrevistados era empregado com registro.

Situação de posse



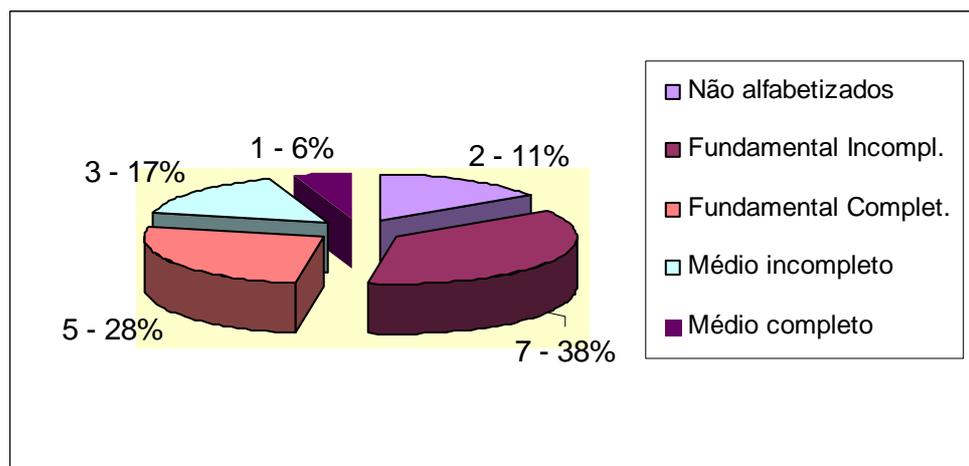
Desses 18 entrevistados, 16 herdaram as terras e dois a compraram. Dos 16 que herdaram dois haviam vendido para a Rio Paracatu Mineração e aguardavam o prazo de 90 dias para desocupar o terreno, data que findaria em outubro de 2008.

Tempo de moradia



O tempo de moradia nos terrenos varia de sete a 82 anos, sendo que a maioria reside nos terrenos de sete a 60 anos. O tempo de permanência no terreno é fator importante para se verificar o vínculo dos moradores com o lugar onde vivem. A extensão de área de propriedade é bastante diversificada, variando de 450 m² a 97 hectares, se concentrando em 10 hectares.

Escolaridade



Quanto à escolaridade, houve dificuldade na precisão dos dados por parte de alguns dos entrevistados, que não sabiam ao certo a série que haviam cursado e quando pararam.

O número de pessoas nas famílias, residindo nas casas, varia entre uma e sete pessoas, sendo que a maioria se concentra em duas pessoas, constituída, na maior parte, de casais. A presença de crianças e jovens é bem reduzida, pois muitos dos entrevistados têm seus filhos morando, trabalhando e estudando na região urbana e estes passam os finais de semana na companhia dos pais e são lembrados pelos moradores.

Sei lá, menina. Roça, todo mundo gosta! Fica na cidade, mas de vez em quando vem pra roça. Tempo de manga pega uma manga, pega uma banana. Qualquer coisinha distrai, né? Eles fica na cidade, mas quando é assim... No fim de semana, eles gosta de vir na roça. Ir no rio tomar um banho, né? Que agora a água tá muito pouca, até mesmo no rio quase não vai. Cheio de lama! O povo tem medo até de pegar uma doença por causa dessa contaminação dessa barragem (Constança).

À medida que os filhos foram constituindo suas próprias famílias, os terrenos eram divididos entre eles. É possível encontrar até cinco famílias de irmãos em terrenos próximos. Por essa razão, são identificados como fortes os laços de parentesco entre os membros da comunidade.

Isso aqui é herança de pai que ele herdou do pai dele. Como a gente fala? De geração em geração. Desde a mãe dele que morou aqui. Porque era muitos dono, então ele foi lutando e comprando a herança dos outros, junta alqueire de um, alqueire de outro até rendeu cinqüenta hectares que é nosso aqui hoje. Era né?¹¹ Foi lutando, lutando, fazendo farinha. Ralando mesmo! Levando cargueiro na cidade de banana. Foi juntando dinheiro, foi comprando as herança que tinha até resultou nesses 50 hectares que ele deixou aí pra nós (Clemente).

A característica rural da região de Santa Rita também apresenta alguns casos de subdivisões de terrenos entre membros de uma mesma família, com construções destinadas apenas ao uso residencial. Essas famílias que não possuem os terrenos com capacidade de criação de gado e plantação de roça cultivam frutas, verduras e animais domésticos em proporção ao espaço que ocupam e se ajudam mutuamente pela proximidade e consanguinidade.

¹¹ O entrevistado havia vendido seu terreno para a RPM e tinha até 90 dias para desocupar o lugar, tempo que se esgotaria em outubro de 2008 e falava ainda como se não tivesse vendido, ele pára e corrige sua fala com a expressão: Era né?

3 Organização dos dados

A organização dos dados foi realizada da seguinte forma:

- caracterização dos entrevistados;
- caracterização da comunidade;
- identificação da história da comunidade e sua relação com a natureza narrada pelos moradores através de seus mitos e tradições;
- identificação das recordações da natureza antes das alterações provocadas pela RPM;
- identificação da interação comunidade e natureza;
- identificação do sentimento de pertencimento à comunidade dos moradores;
- identificação dos benefícios e desafios pela implantação da RPM apontados pela população e
- identificação dos medos individuais e coletivos assumidos pela comunidade pela atuação da empresa.

Os dados foram agrupados de acordo com suas características, foram relacionados os dados e identificados os sentimentos individuais e coletivos articulados com informações registradas em fotos, para compreensão das mudanças sociais, econômicas e culturais que ocorreram no modo de vida da população da comunidade Santa Rita com a implantação da empresa Rio Paracatu Mineração – RPM.

4 Entrevista com o morador: Ernesto

Foi escolhida uma das entrevistas para apresentar nesta dissertação. Escolheu-se a do Ernesto que, como a maioria dos entrevistados, nasceu e se criou na comunidade Santa Rita, conhece todos os moradores e os costumes do lugar. Ernesto fala da presença da empresa logo no início da entrevista sabendo do objetivo da pesquisa.

1. Você gosta de morar nesta comunidade?

Gosto. Eu saio daqui só depois que eu morrer. Ou então, se eles correr com a gente conforme já correu com os outros. Muitos aqui vende a propriedade por que é obrigado a vender. Igual os menino ali... Eles vendeu lá, agora. Eles lá é cinco. Agora... Sem esses cinco vizinhos pra nós é um desfalque, pro lugar. Eu mesmo falo, que se eu sair daqui mesmo só se for eles vim com aquelas terras aí cobrindo a gente. A gente é obrigado a vender, né? Se for o contrário eu não vendo, não. Eu nasci e criei aqui, a gente toma amor no lugar. E outro, que eu não acho defeito aqui porque tudo que a gente planta a gente colhe, não tem perseguição nenhuma, a única perseguição que tem agora é a RPM, mas nunca teve perseguição nenhuma aqui. Água boa. O rio nunca secou... Não. O rio já secou uma vez ou duas, mas é coisa mandada por Deus mesmo, porque tudo tem uma época. Mas lugar de água boa! Fartureto de água! Cultura boa! Produzia quase tudo aqui, hoje quase não tá produzindo quase nada porque o povo vai saindo quase tudo. Pra mim essa RPM não trouxe nada de vantagem.

2. Como sua família adquiriu o terreno?

Aqui foi herança do meu avô. Minha mãe nasceu e criou aqui e os filhos a mesma coisa, foram nascidos e criados aqui, os netos também tá tudo criando aqui, agora já vem os bisnetos pra cá. Agora não cabe tudo, os filhos tudo mora aqui.

3. Conte sobre a história do Morro do Ouro.

Tinha algum garimpuzim de bateia, caixote, esse garimpim. Aí veio um garimpuzim mais forte foi antes da RPM, 1980, mais ou menos, teve um garimpo forte aí. Aí veio a RPM, aí embargaram isso. O IBAMA bateu aí embargou mesmo e já foi com entrosamento da RPM porque nós não sabia, mas vinha a RPM. A RPM é que fez pesquisa de tudo e já não quis deixar o pobre garimpar mais porque dava muito ouro aí, dava muito serviço pros outros. A população aqui do lugar, esses garimpeiro davam serviço porque cada um tinha 5, 6, 10 companheiros, tinha as dragas, todo mundo tinha draga pra tirar o ouro e dava serviço pro povo.

4. Você sabe de alguma lenda sobre o Morro do Ouro? Qual?

Via minha vó falar que tinha uma cisterna no Morro, quando a gente ia pra cidade passava por aí de pé, tinha uma cisterna que era pouca gente que descia lá e que lá no fundo tinha um cacho de banana de ouro. Dentro da cisterna, mas tinha muita água e a pessoa não conseguia pegar o cacho de ouro, aí nesse Morro do Ouro. Eu andava muito aí, ia muito pra cidade, foi em setenta, eu casei em setenta e cinco, setenta e oito mais ou menos, eu era carroceiro aí. Desde antes de casar eu era carroceiro. Aquela porção de gente em beira de estrada arrastando cascalho, né? Adão Mendanha, outros mais. Adão com os filhos dele tudo e mais gente, esse povo da cidade daqueles pé de morro, aí tudo, ia pra garimpar que lá juntava aquela poça d água, aquela lagoinha, né. Carregava os cascalhos longe, só Adão tinha carroça pra carregar o cascalho, o resto tudo carregava na cabeça o cascalho pra esses lugar pra lavar pra tirar ouro, era muito, era umas trinta pessoa, panhando a poeira da estrada, rapava aquilo, varria, pra poder lavar pra tirar o ouro. Eles nem mexia no cascalho forte, não. Ali pro rumo onde mataram Antero, ali naqueles meio ali, o povo juntava mesmo, ali no fundo do Chapéu Preto tinha um Lagoão, não secava não. Sempre nós passava lá pra dá água o cavalo, aquele povão lá lavando cascalho, tirando ouro, era divertido essa beira de estrada aí.

Como carroceiro vivia passando aí. Muito antes de fazer o asfalto eu já passava nessa estrada aí de carroça, eu devo ter carroçado uns vinte anos aí.

5. O que você produz em seu terreno? Você vende parte do que produz?

Eu tenho meu milho, eu tenho mandioca, eu tenho a cana, eu tenho uma galinha, mas tudo pro consumo de dentro de casa. Chega um filho carrega um frango, chega um filho carrega um queijo, arranca um pé de mandioca, quando tem laranja vai lá e apanha, pra consumo de casa, mesmo. Pra mim e meus amigos, né?

Pra vender mesmo não produzo mais não. O que a gente produz na roça não tá tendo valor mais, as coisas de fora é tudo envenenado como todo mundo sabe, mas tem mais valor do que o nosso aí.

6. Você participa de alguma atividade comunitária?

Eu sempre vou na reunião, eu sempre estou na reunião, é muito difícil eu falhar numa reunião. Todo sábado, o primeiro sábado do mês tem reunião, nos vamos.

7. A vida da população da Lagoa de Santa Rita mudou com a presença da RPM?

Mudou pra ruim porque a gente não tem sossego, o sossego é pouco, a gente fica naquela idéia: Gente será que esse povo vem tirar a gente daqui? Será que esse povo vai imprensar nós aqui que nos vai ser obrigado a vender e sair daqui? Só isso, dá uma preocupação pra gente. Agente gosta do lugar, nascido e criado aqui pra sair é uma paixão pra gente. Conforme esse povo aí do outro lado, vai sair tudo embuchado, eles fala que tem que mudar de noite pra não ver ninguém. Uai, só de eles falar assim é porque eles ta tudo embuchado, né? De tudo eu conheci muita natureza aqui, hoje acabou tudo.

8. A empresa trouxe muito emprego para o município de Paracatu. Como foi a oferta de emprego para a população de Santa Rita?

Não, ninguém aqui do Santa Rita. Algumas poucas pessoas da Lagoa, muitas poucas pessoas, assim mesmo contratadas por pouco prazo. Não tem beneficio nenhum deles pro Santa Rita, não. Que esteja no alcance de vista, né?

7. Você foi beneficiado com o Projeto Geração da RPM?

Eles já veio aqui uma vez, tapeou nós aqui uma vez, adulando nós com 700 contos pra comprar galinha, esses trem aí, comprei até um galinheiro com dinheiro deles pra gente criar galinha, foi assim um trem, um convênio, mesma coisa que jogar dinheiro fora, eu não tirei nem a ração que foi dinheiro tirado do meu bolso. O dinheiro que eles deu foi pra comprar os pinto e fazer os galinheiro. Agora o resto tudo é por conta da gente. Eu vi foi várias pessoas que criou galinha, eles não compravam o frango nosso, eu andei em tudo quanto é restaurante da cidade vendo se colocava freguesia com eles, com os frangos, não consegui, vendi baratinho aí na Lagoa, eu não tirei nem a metade do dinheiro. Mexer com esse

trem, não. Tem vacina, tem que vacinar. Aquela bagunça, aquela dependência pra depois não vender? Ficou aquela galaiada, aí. Agora mesmo, esse povo veio aí, fez reunião aí. Dizeram que ia abonar pra nós um dinheiro pra comprar o gado, ou seja, o que fosse o que nós quisésse. Ficou só na promessa, nunca saiu. Na reunião agora, na associação, não estão falando mais.

9. A empresa eliminou trilhos - caminhos que davam acesso a vários lugares. Qual o resultado destas mudanças para sua vida?

Antigamente nós tinha atalho aí, hoje não tem atalho, porque onde não é terra é água, eles tirou a estrada que nos ataiava de carroça eles tirou, de pé tinha vários atalho aqui porque o povo antigamente ia pra cidade era de pé, a maioria ia de a pé, eu mesmo andei muitas vezes de pé porque eu não podia comprar uma bicicleta. Hoje não que o povo tá rico, ninguém anda mais a pé, mas antigamente nós andava de a pé aqui, cortava aqui, até no Santo Antonio aqui, subia o morro, ia a cavalo, ia de a pé, ia atalhando tudo aí. Hoje não tem estrada, tá tudo tomado de terra, de aterro e água. Tem que dar a volta por mais de seis quilômetros. Pra mim ficou foi pior porque esta estrada do Morro do Ouro boa e hoje nem passa gente. Hoje a gente passa pelo Morro do Ouro, mas tem que dar a volta grande e antes era a mesma coisa de andar pelo asfalto.

10. As instalações da empresa alteram o curso e a qualidade das águas. Você notou estas alterações?

Muita gente já fez a análise dessa água aqui e vários lugar deu problema, inclusive teve uns daqui, que levou a água daqui pra Uberlândia. Porque eles aí faz análise, fala que não dá nada, que a água tá boa. Foi alguns aqui e levou lá em Uberlândia e deu problema. Nós tá prejudicado. Essas águas aqui, quase toda ela está contaminada. Agora eles faz uma análise aí a água tá boa. Agora eles vai fazer é isso mesmo. Eles vai condenar eles? A gente adocece aí, pega uma doença aí, vai pelejando, talvez escapa. Outros em tempo de morrer porque não pode tratar, às vezes é uma doença que não sabe o que é que é. Às vezes até tiraram daí mesmo.

11. Fale sobre os ruídos, a poeira e movimentação da empresa. Como você convive com essas mudanças?

Parece que tá é aqui no terreiro, o ar tem hora que parece que pára, né? O ar, às vezes dá prum lado só, o caminhão batendo caçamba lá é um barulhão danado. Fazer o quê? É ficar quieto, né? Quer dizer, eu tô no que é meu, eles tá no que é deles. Como que eu vou fazer, né? É ficar calado, né? Eu penso assim. Não tem jeito de proibir. Tem jeito, tem?

12. Algumas pessoas venderam suas terras para a RPM e foram embora. Você deseja sair da Lagoa de Santa Rita?

Eu não. Saio conforme eu falei, se eles me pensar muito aqui, ou mesmo que eles impensar eu falo com eles: Vocês compra dos outros aí. Não tem jeito de me

deixar no meu cantinho aqui? Eu falo com eles isso. Meu terreno é pequeno, eu vendo ele não dá pra eu pra outro lugar que eu gosto igual esse daqui. Não dá pra mim comprar uma casa boa na cidade. Eu sou velho, mas eu gosto de ter minha liberdade, passear, andar, divertir. Eu ir pra dentro da cidade é mesma coisa de me pôr dentro da cadeia, eu acho que eu morro logo. Com coisa que eu não tenho intenção, não. Que pra eu sair daqui é com o pé junto.

13. Quais lembranças de Santa Rita você gostaria de preservar?

Eu acho que o único trem que a gente tem pra preservar é as propriedade. É isso que nós tem mais amor. É nisso, né? É na propriedade. Porque se a gente não tivesse amor na propriedade já tinha vendido, já tinha saído tomado outro rumo, né? Eu acho que é isso.

CAPITULO III - A vida dos moradores da comunidade Santa Rita com a implantação da empresa Rio Paracatu Mineração – RPM



Habitações da Comunidade Santa Rita – plantio de mandioca à frente e árvores frutíferas nos quintais. Foto: Aparecida F. C. Duarte, 2008.

A gente vevi aqui né? Que a gente nasceu e criô já acostumô na roça, caso cria uma galinha, mexe com essas coisinha mesmo da roça, de dentro de casa, o serviço da gente. (Constança, moradora da comunidade Santa Rita, 2008).

Neste terceiro capítulo será apresentada a comunidade Santa Rita, suas manifestações religiosas e o cultivo da terra incluindo a presença da empresa neste meio, revelando o estranhamento da população com o ambiente transformado pela ação da RPM, o amor com tudo, a forte presença do ouro na região e o mito do ouro encantado.

1 Caracterização da comunidade Santa Rita

A comunidade Santa Rita contribuiu para o povoamento do município de Paracatu em 1744, data de sua fundação, juntamente com os povoados da Lagoa de Santo Antônio – Pituba e São Domingos. Isso é possível deduzir pela tipologia das construções antigas encontradas na região em meio a construções mais recentes. Contudo, Santa Rita é uma comunidade rural e não possui características de povoado e essa diferenciação é comentada pelo historiador Lavoisier Albernaz,¹² entrevistado, pela pesquisadora, em agosto (2008):

Santa Rita trata-se de uma região rural do município de Paracatu, composta por sítios, pequenos latifundiários, mais ou menos próximos um do outro, não caracterizando um povoado; apesar de ter uma igreja dedicada a Santa Rita mais ou menos centralizada nesta região agropastoril, o mesmo não ocorre com a Pituba ou Lagoa de Santo Antônio (...) que são arraiais ou povoados, compostos de largos, vielas, rua principal que se desenvolveu, em parte, ao longo de uma estrada, becos e casas residenciais com grandes quintais, comércio e respectiva igreja.

Esta região agropastoril descrita por Albernaz, a comunidade rural Santa Rita, está situada a 15 quilômetros da cidade de Paracatu em Minas Gerais, abaixo da represa de rejeitos da empresa RPM, com 107 habitações e uma população estimada em 428 pessoas morando em casas de tijolos e adobes.

Na área onde está edificada a igreja de Santa Rita, encontra-se um salão para tratar dos assuntos administrativos – comunitários, uma caixa d'água, sanitários e, ao lado destas instalações, tem uma pista para corrida de cavalos. Rogério (morador da comunidade) diz que: “Essas corridas de cavalo é tradição mesmo, sabe? (...) Corrida de cavalo não tem em lugar nenhum, só lá”. Ou seja, em Paracatu só existe esta pista para corrida de cavalos, o que a torna mais importante para a comunidade. O esporte reúne pessoas de outras cidades e estados como os da Bahia e de Goiás.

¹² Historiador, escritor, poeta e cineasta, nascido em Paracatu.

As corridas de cavalos são momentos de descontração para os moradores, como também os jogos de futebol: “Clube não tem não, mas a gente sempre ta praticando esporte lá. Futebol... Os homens... As mulheres também joga futebol. Sempre tem.” (Rogério). A comunidade possui um campo para o futebol e o time de Santa Rita geralmente se apresenta em competições que acontecem durante eventos de exposições na cidade de Paracatu.



Igreja dedicada a Santa Rita ao lado do cruzeiro e ao fundo caixa d'água e instalação sanitária. Foto: Aparecida F. C. Duarte, 2008.



Salão comunitário para tratar de assuntos administrativos e espaço para encontros e lazer. Foto: Aparecida F. C. Duarte, 2008.



Preparação para corrida de cavalos. Foto: Aparecida F. C. Duarte, 2008.

A comunidade é representada por uma associação formal, conforme diz Anísio:

A associação vem cuidando de tratar de todos os interesse da comunidade, é registrada num cartório, tem todos os papéis organizado como existe os moradores, como os moradores faz parte através do estatuto que fundou a associação, e aí defender os interesses a bem que a comunidade pensa. Quando tem um problema tem o presidente, tem o secretário, é formado com toda a diretoria.

Em se tratando da educação: crianças e jovens com idade escolar para o ensino fundamental frequentam a escola do povoado ao lado, Lagoa de Santo Antonio, e para as demais séries frequentam as unidades de ensino em Paracatu e Região. A comunidade conta com ônibus escolar municipal para o transporte dos alunos e o transporte coletivo para a população em geral que trafega de Paracatu a Santa Rita duas vezes ao dia. O atendimento médico, hospitais e postos de saúde estão na cidade de Paracatu. A origem da água que abastece as águas segue a ordem de importância: cisternas em maioria, córregos, rios e cacimbas. A forma de abastecimento de água acontece, de maneira geral, de forma encanada com uso de bombas nas cisternas e também manual em alguns casos. A população conta com um telefone público e todos possuem energia elétrica. As ruas não são pavimentadas, não possuem rede de esgoto e fazem uso de fossas.



Placa com aviso de posto telefônico próximo. Foto: Aparecida F. C. Duarte, 2008.



Ponto para parada do ônibus coletivo e ao fundo as instalações comunitárias. Foto: Aparecida F. C. Duarte, 2008.



Cisterna que abastece de água uma das habitações da comunidade, com uso de bomba. Foto: Aparecida F. C. Duarte, 2008.

1.1 Manifestações Religiosas

A comunidade Santa Rita tem uma forte tradição de religiosidade popular. São comemoradas: Folia de Nossa Senhora da Abadia, Folia do Sagrado Coração de Jesus, Folia de São Benedito, Festa de Santa Cruz e Festa de Santa Rita evidenciando a forte influência da Igreja Católica Romana na comunidade, com a presença tímida de segmentos da Igreja Evangélica. Encontra-se, também, uma edificação antiga onde aconteciam cultos espíritas que, segundo os moradores, foi frequentada durante muitos anos e está desativada.

Serão apresentadas algumas destas manifestações religiosas na Lagoa Santa Rita, as que mais se acentuam e já foram citadas.

Esmeralda, filha de foliões, relatou cada detalhe das festas de folias com a participação de seu sobrinho Afrânio. Disseram que os foliões são homens e mulheres, alguns fazem folias por promessas e outros as fazem porque possuem o dom de ser folião, porque gostam, mesmo não sendo fácil, pois os foliões andam a pé, enfrentam chuva, frio, poeira, estradas esburacadas, enfim, enfrentam todas as intempéries da natureza.

Antigamente os foliões pousavam na casa da mãe de Esmeralda. Desde criança ela conhecia os foliões pedindo pouso nas casas em rituais de festa e celebração que reuniam várias pessoas. Esmeralda faz o paralelo entre o tempo de “antigamente” e o tempo de hoje. Antigamente, os foliões vinham com um cargueiro feito de cangalha; sendo a cangalha uma armação de madeira ou de ferro que sustentava a carga sobre o lombo dos animais, metade para um lado deles e metade para o outro lado. No cargueiro eles guardavam roupas e esteiras para dormir. Os foliões carregavam nos braços “uma caixinha de pau, muito bem feitinha, com o menino Deus dentro dessa caixinha... De camisinha de punho... Abotoadura de ouro... Coroa de ouro.” E anunciavam quando estavam próximos com batidas de tambores. Ao serem ouvidos pelo dono do pouso, eram recebidos com o brado: “Envém os fulião!” *Eles se aproximavam e cumprimentavam o dono do pouso e lhe entregava o Menino Deus que era reverenciado com um beijo. Depois dessa recepção, iniciava a cantoria acompanhada do som da viola, do violão e da sanfona.*

Boa noite meu sinhoros que aqui chegemos cantando
 Ai ai meu Deus aqui chegamo cantando
 Isto são vespra de festa entrada do novo ano
 Ai ai meu Deus entrada do novo ano

Sinhoro dono da casa manda abriri suas portaria
 Para entrar o Rei da Gloria filho da virgem Maria.
 (Rubinho do Vale¹³)

Estas festas iniciavam-se no dia seis de janeiro, dia de Santos Reis. Nos dias de hoje, segundo Esmeralda, a comemoração inicia na mesma data e a caixinha foi substituída por uma bandeira. Os foliões continuam sendo acolhidos com festa que significa muita comida, cantiga e dança. Para ficar mais divertida e em agradecimento pelo pouso os foliões dançam a catira¹⁴.

Durante a refeição, nenhum dos presentes pode usar o chapéu ou boné, aos que esquecem este preceito é cobrada multa em dinheiro por um fiscal da festa. O dinheiro arrecadado é encaminhado para o padre que consente a saída dos foliões. Esmeralda enfatiza que as folias acontecem somente com o consentimento da igreja: “Não sai assim, de orelha inteira, não.” Não basta querer criar um grupo e

¹³ Cantor e compositor mineiro.

¹⁴ Catira: dança popular folclórica em que as pessoas dançam ao som da batida ritmada de seus pés e mãos com acompanhamento da viola.

sair pra folia, tem que ter aprovação da igreja que atribui normas aos foliões. “É que lá o padre (...) pede assim, né? Pra os fulião pra sair, pra não beber álcool, bebida alcoólica, né?” (Afrânio). Dessa forma, nota-se a influência e o vínculo com a Igreja Católica Romana que se estende, da religião, para outras áreas da vida da comunidade.

Afrânio explica que a origem da folia de Santos Reis que inspirou a criação das demais folias, teve início com o nascimento de Jesus quando os Reis Magos o visitaram e o presentearam:

Foi da era de Jesus Cristo pra cá. Quando Jesus nasceu os fulião contô isso. Quando Jesus nasceu é que eles inventaram isso: a folia pra pegar presente pra levar pra Jesus. Aí eles saía, pedino, cantano com os folião e juntava os presente e levava pro Menino Deus. (...) Então, daí pra cá, continuô. (...) Naquele tempo eles pegava presente pra Jesus. O Menino Deus que é Jesus, né? Agora, não. Hoje, eles não pega presente. Pega presente, assim... Mesma coisa eles pega. Porque eles saem pedino, cantano... Com a folia pedino ajuda, dinheiro. Ocê dá o tanto que ocê quiser. Ocê dá um real, ce dá cinco, ce dá cinquenta. O tanto que ocê quiser. Se ocê quiser dá um porco, se ocê quiser presentear eles com um porco, com uma vaca. Tudo eles recebe.

Os entrevistados explicam que o destino dos presentes arrecadados segue o mesmo das multas e quando entram em acordo com o padre ficam com uma parte do dinheiro para fazer a festa no final das folias.



Folia do Sagrado Coração de Jesus - foliões cantando ao som da viola na casa que os acolheu. Foto: Aparecida F. C. Duarte, 2008.



Folia do Sagrado Coração de Jesus - Foliões em procissão. Foto: Aparecida F. C. Duarte, 2008.



Durante a Folia de Nossa Senhora da Abadia - Foliões rezando a ladainha no interior da casa que os acolheu. Foto: Aparecida F. C. Duarte, 2008.



Homens preparando-se para dançar catira durante a folia de Nossa Senhora da Abadia. Foto: Aparecida F. C. Duarte, 2008.

Com tantas folias, os foliões precisam ter cuidado para não se cruzarem nos caminhos, pois, “Se cruzar que um dos fulião morre, falta um então não pode” (Esmeralda). Segundo Afrânio: “Hoje em dia ninguém acredita, né? Hoje em dia a gente fala que é uma crendice, né? Mas é uma crendice dos veio, dos antigos (...).” Esta crendice citada por Afrânio é respeitada pelos foliões. Os caminhos, as estradas a serem percorridas são calculadas entre eles para não se cruzarem; a tradição é respeitada.

Além das folias a comunidade comemora a Festa de Santa Cruz e a Festa de Santa Rita. A Festa de Santa Cruz é comemorada no dia 3 de maio, data que comemora o seu dia hasteando a bandeira no mastro em frente à Igreja onde fica até o mês de julho ou agosto, conforme a organização, quando é descida para não estragar durante o período das chuvas fortes. Depois de descida, a bandeira é conduzida pela comunidade, em procissão, para a casa do casal festeiro que a guarda até o ano seguinte quando, em cavalgada, os cavaleiros buscam a bandeira e a conduzem novamente para o mastro. Durante o ritual de hasteamento, quatro cavaleiros seguram nas extremidades da bandeira e em procissão circulam por três vezes a igreja e ao final devolvem a bandeira ao casal que a hasteia e então se reza

a ladainha. O casal festeiro vem à igreja com ramos de flores nas mãos e ao final da cerimônia entrega os ramos para outro casal indicando que ele será o guardião da bandeira no ano seguinte. E assim a festa de Santa Cruz segue com a bandeira sendo cuidada por todos.

Segundo Esmeralda, em 1933 foi criada a festa de Santa Cruz. Os primeiros festeiros se chamavam Amâncio e Maria Alves. Eles deram início à festa quando não existia igreja, levantaram o cruzeiro e convidaram os moradores para a reza e passaram a comemorar a festa de Santa Cruz todos os anos. As pessoas se reuniam próximas ao cruzeiro, o café era feito e servido debaixo das árvores, e assim aconteceu durante muitos anos até que se levantou a igreja de Santa Rita com dinheiro de leilões, feitos pelos moradores, durante as festas de Santa Cruz. “Foi fazeno divagazim, sabe?” (Esmeralda).

Quanto à festa de Santa Rita, comemora-se com festas, rezas e passagem de ramo para festeiros como a festa de Santa Cruz, as pessoas se reúnem para homenagear a Santa no dia 22 de maio.

A justificativa para o nome da comunidade e a devoção à Santa é apresentada em duas versões: primeira; “os antigos, mais antigos que minha mãe” (Esmeralda) fizeram uma promessa a Santa Rita para terminar com uma febre que assolou a comunidade, caso a febre passasse, a comunidade receberia o seu nome, a febre passou e foi cumprida a promessa.

Segunda, o nome de Santa Rita já existia antes da febre e comemorar a festa da Santa foi a promessa feita se a graça de cura da febre fosse alcançada; a graça foi alcançada e a comunidade passou a comemorar o dia da Santa, todos os anos. As duas versões apresentam em comum a manifestação de uma febre na região que levou a comunidade a recorrer a Santa Rita com uma promessa, e divergem do tempo quando a comunidade passou a adquirir o nome da Santa e a natureza da promessa.

A comunidade se orgulha de suas tradições religiosas que alcançam dimensões que certamente vão além do apresentado neste primeiro momento. Também não é pretensão esgotar o tema e revelar todos os enigmas que a vida resguarda e que compõem a sua beleza e a sua independência. Mas a comunidade

não se orgulha apenas de suas tradições religiosas, orgulha-se também da tradição do trabalho no campo, que veremos a seguir.

1.2 O cultivo da terra

O cultivo da terra é tradição na comunidade; a dedicação a esse cultivo manifesta-se na variedade de frutas cultivadas nos quintais como mangas, cajus, goiabas, bananas, tamarindos, jabuticabas, amoras, laranjas, abacates e outras, além de hortaliças e animais domésticos que compõem a cultura de subsistência dos moradores.

Constança fala sobre a vida na roça: “a gente veve aqui né? Que a gente nasceu e criô, já acostumô na roça, caso cria uma galinha, mexe com essas coisinha mesmo da roça, de dentro de casa, o serviço da gente.” Por diversas vezes foram ouvidas expressões como essas de Constança: “o serviço da gente, o modo da gente viver, é o que a gente sabe fazer” se referindo ao trabalho, ao modo de vida. As pessoas se constroem, se identificam e se realizam pelo trabalho que fazem. Ou seja, na ação de transformar a natureza, de ser co-criador, o ser humano se constrói, se realiza e se projeta para o futuro. Os moradores da Lagoa de Santa Rita se projetam para o futuro através dos filhos e netos. A terra que sustentou seus antepassados os sustenta e, também, é garantia para as gerações futuras.

A agropecuária é a principal atividade de Santa Rita, o leite e seus derivados são a base econômica do local complementada pela cana-de-açúcar beneficiada em caldos, rapaduras e cachaças; pelas frutas beneficiadas em doces caseiros e pela produção de temperos e farinha. Os produtos são comercializados no local, entre vizinhos, e utilizados para o autoconsumo, além de grãos, frutas, verduras e carnes. Cinco famílias da comunidade participam da feira municipal de Paracatu com oito barracas. Esta forma de produção e venda fortalece a solidariedade entre as pessoas, pois trocam produtos de acordo com as necessidades, além da moeda oficial.



Homens na plantação de milho - Unidade familiar da comunidade Santa Rita, quintal cheio de árvores frutíferas. Foto: Aparecida F. C. Duarte, 2008.



Animais em área de pastagem e ao fundo uma plantação de cana. Foto: Aparecida F. C. Duarte, 2008.



Durante a feira municipal de Paracatu – Produtos da comunidade Santa Rita. Foto: Aparecida F. C. Duarte, 2008.

A variedade dos produtos agropecuários encontrados na comunidade Santa Rita é resultado da grande afinidade dos moradores com os recursos naturais, conforme consta em relatório de pesquisa do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers da Universidade Federal de Lavras - PPJ (2005):

Essa afinidade é devido ao grande uso destes recursos, pois, este uso possibilitou a formação de um conhecimento popular valiosíssimo para a comunidade na distinção de ambientes, condições morfoclimáticas, extração de frutos, madeiras e medicinais.

Os agricultores identificam os tipos de terra – “se a terra boa ou ruim”, simplesmente pelas plantas e o que há na terra, usando seu conhecimento, vivência e experiência. Existem na comunidade três tipos distintos de terra, classificadas como terra de cultura, terra de campo e terra de chapada. A terra de cultura é localizada sempre nas proximidades de um rio ou ribeirão, logicamente nas partes mais baixas do terreno, e são usadas para lavoura de milho, cana, capim- Cameron, mandioca e para coletar madeira. As plantas características deste ambiente e indicadoras de terra de qualidade são aroeira, cedro, jenipapo, mulungu, gameleira, ingá e angico. A terra de campo localiza-se na parte mais alta do terreno; é uma terra ruim, muito seca e pedregosa. Tem o uso para formação de pastagem, coleta de fruto, lenha e medicinais. As plantas que indicam terra de campo são sucupira, sonho de veado, sambaíba, pequi, mangaba, barbatimão. A terra de chapada localiza-se no topo da paisagem, é uma terra muito ruim, mais usada como campo de extração de frutos e lenhas. As plantas que indicam condições de solo são manacá, paratudo e pacova.

Os produtos do extrativismo usados para alimentação são o araticum, a mangaba, a cagaita e o pequi; para construção são a madeira da aroeira, ipê e pau d'óleo; para lenha, as mais usadas são o tingui e o vinhático; e para remédios, as plantas medicinais usadas pelos agricultores e agricultoras são as encontradas principalmente na terra de campo. Ex: laranja da terra, chapéu de couro, osso, batata de purga, velaminho, assa-peixe, cipó imbé, vergateza para mulher, vergateza para homem, juá bravo, mororó fino, pau de dali, barbatimão, aroeirinha, bate-cacho, gravatá, pau-amargoso, velame e ipê roxo. São usadas para diversos tratamentos de doenças e distúrbios tanto no ser humano quanto nos animais. (...)

Os sinais de chuva mais frequentemente observados pela comunidade são o formato da lua na fase minguante ou crescente, “virado para baixo no sentido do rio mais próximo; o recobrimento do cupinzeiro (casa nova) para resistir a chuva; quando o sol é encoberto pelo barrado da serra ao pôr do sol; formiga quando sai do formigueiro em correição; presença de lodo dentro do rio que sobe pra superfície e fica girando.” Também verifica com o voo do urubu: “caso o urubu tenha um voo baixo é estiagem, se voa no alto, subindo, é sinal de chuva.” Ressaltam também a observação da lua, “círculos brancos em volta dela indicam chuva; círculos em amarelo, sol; e quando é um círculo aberto, é sinal de tempestade. (PPJ 2005; p. 13)

A comunidade Santa Rita possui um conhecimento popular considerável no uso dos recursos naturais e grande afinidade com o ambiente. Se fosse incentivada em suas formas de produção, contribuiria para o desenvolvimento de forma sustentável, pois é conhecedora do ecossistema e possui normas culturais que conformam com a preservação do ambiente. Técnicas de agroecologia que procuram tornar compatíveis os sistemas produtivos com a dinâmica do meio ambiente têm chances de se desenvolver em Santa Rita.

O conhecimento popular para as práticas produtivas da comunidade Santa Rita, apresentadas pelo PPJ, persiste paralelo aos atrativos tecnológicos que passaram a inovar a produção no campo desde a “revolução verde” no final da década de 1960 e início da década de 1970, quando os governos federal e estadual adotaram programas para a colonização e desenvolvimento dos cerrados¹⁵.

¹⁵ “(...) o que realmente veio a interferir nessa estrutura sociocultural foram os programas lançados pelo Governo Estadual como o PCI (Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados), que atendeu regiões como as do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Paracatu, Metalúrgica, Alto São Francisco e Médio São Francisco (Pessôa & Silva, 1999:37); e o PDAO (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba), que funcionaram como ponto de partida para a instalação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II) pelo Governo Federal, principalmente, o II PND, já

As tecnologias trouxeram facilidades para o trabalho no campo pela introdução das sementes modificadas, pelos insumos químicos e pelas máquinas e beneficiaram grandes latifundiários com alto poder aquisitivo e empresários interessados em vender suas tecnologias. A contradição dessas facilidades para os pequenos produtores, como o caso de Santa Rita, ressalta-se na dependência dessas tecnologias de difícil acesso pelo alto custo; o abandono parcial e gradativo da cultura popular de produção, a dificuldade de competir com grandes investidores e sua exclusão do mercado competitivo, como também a substituição do trabalho humano pelas máquinas, a concentração do latifúndio, o êxodo rural, o inchaço urbano e o agravamento do desemprego, da violência e da indigência; a monocultura, o uso excessivo de energia, extensão das áreas cultiváveis para terras frágeis, empobrecimento dos solos, aumento da desertificação, diminuição da biodiversidade, entre outros. Segundo Leroy (2002), este modelo de agricultura foi o segundo vilão na Rio 92 depois da indústria, pelos problemas ambientais apresentados.

Essa onda tecnológica no campo também recebeu o nome de modernização dolorosa e no Brasil provocou a migração de milhões de pessoas.

A modernização dolorosa provocou a migração de cerca de 40 milhões de pessoas no espaço curto de quarenta anos. Nesse período a proporção entre a população urbana e rural alterou-se

no período da ditadura militar, no final da década de 1960 e início da década de 1970. Impulsionados pelo advento da “Revolução Verde”, estes planos lançaram uma série de medidas e programas visando a colonização e o desenvolvimento das áreas de cerrado, entre eles, o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), um dos principais programas governamentais de desenvolvimento, que atendeu, além do cerrado mineiro, áreas de cerrado dos estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e o PRODECER I (Programa de Cooperação Nipo-brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados), que só no Estado de Minas Gerais abarcou uma área de aproximadamente 70.000 ha (VINAUD, MARTINS & AMARO, apud PESSÔA & SILVA, 1999). (CAMINHOS DE GEOGRAFIA - revista on line <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html> ISSN 1678-6343). Acesso em: 16 de abr. 2008.

Também merece destaque o PLANOROESTE-I. Trata-se de um contrato de financiamento assinado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em 1970, cujo objetivo principal consistia na ocupação efetiva do Noroeste de Minas, ampliando sua base econômica e demográfica através de investimento em infraestrutura de transportes para facilitar a comunicação e o escoamento da produção. (...) A pecuária em Paracatu também apresentou forte desenvolvimento a partir da década de 1970, devido ao trabalho constante de aprimoramento genético do rebanho bovino, bem como da formação de pastagens adaptadas às condições específicas do cerrado. De lá para cá, milhares de hectares de pastos foram formados e a quantidade de bovinos aumentou consideravelmente (RPM, 2006; p. 417).

radicalmente, de uma maioria de rurais em 1960 para menos de 20% em 2000 (WEID, 2002 p. 136).

A população de Santa Rita que se sustentou no campo com as adversidades provindas da revolução verde - modernização dolorosa desde o final dos anos 60 - se vê frente a outro desafio: a empresa mineradora Rio Paracatu Mineração e sua barragem de rejeitos tóxicos acima da comunidade.



Barragem de Santo Antonio, RPM, vista pelo morador da comunidade. Foto: Aparecida F. C. Duarte, 2008.

Tinha muito morador. Tirou tudo! Tudo hoje é água. Ainda tá tirando o pessoal do lugar. O povo não tá sabendo nem pra onde vai. (...) Todo mundo trabalha. Todo mundo sem saber onde é que vai comprar pra acabar de sobreviver. Você vê que na cidade, pra quem não tem, assim... Muita coisa com serviço [da cidade] é mais difícil. Complicado, sabe? (...) Tirando muita gente do lugar, que nasceu e criou aqui. (Inácia)

A população lamenta a saída de vizinhos, trabalhadores rurais, parentes, festeiros, foliões e amigos para expansão da empresa.

Os menino que eu vi nascer, criar, tá saindo. Como agora mesmo, vai sair cinco, e é uns meninos que convivem com a gente, pra mim é muito triste. Já saiu um primo meu e lá hoje é água... Depois que eles veio praí... E agora vai sair esses menino que eu sinto muito! Como lá diz: pra mim é meu filho, na idade que eu tô, eu sinto porque eu vi eles nasce, vi eles cresce, são uns menino muito trabalhador. O quintal deles tá fazendo dó, você pode ir lá e vê o quintal deles, as mangueira tá

toda florescida. Eles têm canavial, eles têm mandiocal, pé de caju, mangueira, lá. Só cê vê o quintal deles, como é! Então pra mim eu sinto muito. Porque os menino trabalhador, todo tipo de serviço eles sabe fazer. Então ocê vê uma pessoa dessa sair de perto da gente. (...) Ocê vê que eles ta, uns de 50, outro já de 60 e pouco, pra eles sai, pra eles começar a vida de novo... Eles não da conta mais! Eles têm alambique, tem tudo. Não é triste? (Esmeralda)

Eles moravam no pé da barragem, agora eles vendeu (...) Eles estão tudo indeciso aí. Com o dinheiro, né? Perde sempre. Tem que ir pra Paracatu, tem que ir pra cidade. Porque hoje... Você sabe né? O governo tá ajudando muito as pessoas pra não ir pra cidade e aqui tá acontecendo isso. A gente tem isso deles. Porque o ponto da gente é na cidade. Tem que ir é pra cidade. Porque pra comprar, arrumá terreno, terreno é ruim. Terreno que não compensa a gente mudar (...) Eu acho que está é prejudicando a nação, que eles é trabalhador. Trabalhador... Nossa! Vai pra feira, planta as coisas. Vai pra feira. É criando porco... É tudo... O que a gente reclama é isso. É o modo da gente viver. É isso (Eustáquio).

O grupo social de Santa Rita sente que aos poucos vai fracassando pelas constantes perdas do conjunto de suas características, de sua cultura, de seu modo de vida.

Tinha muito morador aqui em cima, eles produziam muito também. Hoje não tem mais nada. O que nós produz aqui ano que vem não produz mais. Ano que vem não tem feira de nós aqui mais. O ano passado nós sustentou o ano inteiro na feira com rapadura, só quem tinha rapadura na feira era nós. Ano que vem não vai ter porque nós não ta aqui mais. Aos poucos, aos poucos vai fracassando né? (Clemente).

Vender os terrenos significa fracassos e perdas para os moradores. Das oito barracas de produtos da Santa Rita para feira do município restarão seis. Dois dos cinco feirantes deixarão a comunidade em 2008. Das cinco famílias que venderam suas terras em 2008 quatro migrarão para a cidade. Elas vendem suas propriedades para a RPM, única interessada pela região comprometida por suas atividades e negociam diretamente com a empresa o valor de seus terrenos. Os moradores sentem que o valor pago por suas terras não compensa a perda do referencial cultural, ou seja, os laços consanguíneos, os costumes, a qualidade de vida no campo, o trabalho, enfim, o modo de viver.

Quando chega à noite, na hora de dormir, penso assim: Meu Deus do céu é um dinheiro que não existe, que eles paga, (...) o pai nasceu aí, morreu aí, a mãe morreu aí, também. É duro você mudar de um lugar que nunca saiu. Mas pro meu bem, eu saio pra morrer na cidade (...) mas fico na cabeça assim... Agora é seguir pra frente, um dia a gente morre mesmo (Laércio).

Os moradores se sentem pressionados a vender suas propriedades pelo estranhamento com o ambiente modificado, a impotência frente à empresa, o abandono pelo poder público e pela falta de perspectiva.

Um lugar que não valoriza... No futuro em diante... Não tem futuro nenhum, mesmo se a empresa acabar ninguém interessa em comprar (...). Isso aqui... Não tem cabimento ficar num lugar desses (Laércio).

Mesmo se eles não mexe, fazer um buraco aqui onde tá essa mata aí. Como é que a gente vive? Tá encostadim. Esse terreno aí é deles, é onde eles estão negociando. Ou a gente tem que negociar ou então, ficar aí e topar o que vier. Então é isso, a gente tem muito medo da RPM. Tirou o sossego mesmo. (...) É difícil (Manoel).

Nós estamos aqui acuados. A barragem e ali, agora eles querem fazer... Estão com outro projeto, eles quer secar o nosso rio, fazer outra barragem por cima aqui. Não basta só essa, eles querem fazer outra, ai vai secar o nosso rio pra pegar água e colocar nessa barragem. Eles vão colocar esse mesmo tipo de veneno, cianeto, arsênico, mercúrio e chumbo. E o que vai acontecer com a nossa comunidade? Além de conviver com aquela ali nós vamos conviver com outra aqui por cima, da mesma qualidade. (Quintino)

E eles vão comprando mais próximos a nós, e tirando terra, ai a gente fica pensando: Daqui uns dias isso não existe mais. Como vai ser? Quando os meninos vão pra escola, na Lagoa, que começa chover muito, nós não fica sossegado porque a gente tem medo da barragem estourar. Sabe como é que é, né? Aí é difícil. (Eustáquio)

Os moradores falam do destino das famílias da Santa Rita:

Pra cidade. Porque, que jeito que faz? Agente já tá veio, o que tem aqui tudo é plantação da gente. Tá lucrando. O que a gente já plantou a gente já colheu. Ir pra outro lugar pra plantar, pra colher outra vez? Às vezes nem alcança de colher outra vez. Tem dois irmão que tá procurando terra pra comprar mas não ta achando, aqui perto não tá achando. (Clemente)

Eu não sei ainda, eu acho que pra Paracatu eu não vou não. Tenho um irmão que mora em Brasília. Sei lá... Sei lá se eu vou pra lá, ou se eu vou pra outro lugar. Bão, se o dinheiro der, eu vou comprar um lugar pra mim, mas é longe, longe daqui de Paracatu... Daqui dessa beira aqui... Saí daqui... Acho que não dou conta: sai daqui e comprar a 10 quilômetros, sabe? Eu nasci aqui. Saindo daqui eu não quero nem beirar aqui. (Laércio)

A história de expulsão de famílias de áreas tradicionais da economia, por processos de capitalização do campo, se repete com as famílias de Santa Rita que migram do campo para as cidades aumentando a pobreza urbana. Segundo Milton Santos (2006) a pobreza que se revela no período em que nos encontramos é estrutural globalizada. Ela é resultado do sistema de ação deliberada e ausência da missão social de regulação do Estado que contribui para uma produção científica,

globalizada e voluntária da pobreza. A pobreza é considerada um fato natural e inevitável do processo. Ela é planejada com os pobres excluídos.

Para as famílias de Santa Rita que já foram deslocadas e/ou que virão a ser, é necessário que sejam feitas vistorias das reais condições em que se encontram para se tomar providências cabíveis, caso seus direitos sociais básicos estejam sendo negados: o acesso à educação, à saúde, à habitação, ao trabalho e renda compatível com suas necessidades, e acompanhamento das famílias nas fases de pré-deslocamento para locais de suas preferências para relocação. Em casos de indenizações em dinheiro pelos lotes desocupados, que sejam calculados os valores atuais dos bens que foram perdidos sem depreciações e que a comunidade possa contar com a presença de um técnico no ato da negociação com a empresa, assegurando direitos iguais.

Que sejam obedecidas as leis federais que regulamentam a participação da população de Santa Rita, que se desloca de seus terrenos, nos resultados da lavra da RPM. De acordo com a Constituição Federal (1988): “É assegurada participação ao proprietário do solo nos resultados da lavra, na forma e no valor que dispuser a lei” (Art. 176, parágrafo 2º). Segundo a Lei nº 8.901, de 30 de junho de 1994, que regulamenta o artigo citado da Constituição Federal:

O pagamento da participação do proprietário do solo nos resultados da lavra de recursos minerais será efetuado mensalmente, até o último dia útil do mês subsequente ao do fato gerador, devidamente corrigido pela taxa de juros de referência, ou outro parâmetro que venha a substituí-la (Art. 11, parágrafo 2º).

2 O estranhamento da comunidade com o ambiente modificado

Os gregos deram à Terra o nome de Mãe pelo mito de GAIA. GAIA é uma deusa feminina, depositária da vida. Como uma mãe ela acolhe, gesta, alimenta, sustenta e protege os seres que a habitam. Não poderia haver uma comparação melhor para explicar a origem da vida sobre a Terra, uma vez que todos são conhecedores dos cuidados que uma mãe dedica ao filho para que ele tenha uma vida plena. A vida plena é possível aos seres vivos quando encontram componentes necessários no ambiente para sua auto-organização e evolução. No caso do ser humano, os componentes, além de físicos como água, ar e alimento, são, também,

sociais, nas condições de saúde, educação, alimentação, habitação e outros que constroem em sociedade.

O ambiente pode causar estranhamento quando se torna um espaço sem presença e não relacional. O ambiente da comunidade Santa Rita torna-se estranho e ameaçador para a população pelas atividades da mineradora RPM, principalmente pela barragem de rejeitos tóxicos de vinte anos, acima da comunidade, com 750 hectares de superfície, contida por um maciço de terra de quatro quilômetros de extensão com 82 metros de altura (KINROSS, 2006; p. 50)



Barragem de rejeitos da RPM. Foto: CARVALHO.¹⁶



Foto: Barragem de Santo Antônio – RPM – homens trabalhando na manutenção da barragem. Foto: Aparecida F. C. Duarte, 2008.

¹⁶ Fonte: <http://www.alertaparacatu.blogspot.com/search.php?q=barragem+de+rejeitos&r=0> . Acesso em 18 de nov. 2008.

Sebastiana fala sobre o ambiente modificado:

Uai, a vida nossa, agora... Tá toda... Não é vida, não. Não pode ser, uai! Quando chove todo mundo fica com medo das água lá arrebentar e matar nós tudo aqui porque ninguém dorme de noite com medo. Quando chove assim... Que tem inverno... Que vai chovendo assim. Aí todo mundo fica cismado da água lá arrebentar. Porque ela arrebentando lá mata nós aqui e o pessoal todo da Lagoa, né? Porque ela despeja pelo lado nosso. Nós não tem sossego. Fica preocupado, né? E outra, que nós já tá tomando água contaminada. Era boa de primeiro, mas depois disso pra cá... Agora arrasou nós. Que esse cheiro, esse veneno, fica contaminado aí no ar. Deve ficar, né? A gente todo dia tá sentindo uma coisa, uma dor de cabeça, é as vista ruim, é doraiada no corpo... Tudo isso. Nós tudo fica sentindo isso. Nós fica por saber o que é isso. De primeiro não tinha nada disso, hoje nós tá desse tipo. É justamente desse cheiro, desse veneno que vem no ar aqui pra nós. Não vem? Ele vem no ar. Até eu penso assim: Que a gente nem vai aturar muito, não. Porque isso faz mal, né? Causar aí... Uma doença aí, que não tem cura. Não é mesmo? (Sebastiana)

Os moradores apontam os medos estimados e avaliados por eles como sendo: o rompimento da barragem, a contaminação pela água e pelo ar e as doenças. E por mais que a empresa negue a possibilidade desses perigos pelos procedimentos e técnicas utilizadas em seu controle, a comunidade, que não se reconhece mais no ambiente, desconfia.

O risco de rompimento existe em relação à comunidade que está localizada abaixo da represa de rejeitos e por isso ela insiste em sua aflição: “Como é que vai viver debaixo desse barranco aí. Eles falam que é muito segura, mas a natureza é viva, né? Se um dia a natureza quiser remover tudo, desce tudo. Com isso é obrigado a vender, uai!” Clemente revela o mundo de incertezas onde o domínio do homem, sob a natureza, com uso de tecnologias não é um dado absoluto, seguro e certo.

A represa de rejeitos causa preocupação e medo aos moradores pela possibilidade de rompimento e pelos metais pesados, prejudiciais à saúde humana, presentes na água. Eles comentam as mudanças que observam no ambiente e justificam seus medos.

Depois que eles fez a barragem aí, acabou com a praia. Corre água, mas é um corguim à toa. Em vista do que era lá não tem praia mais. (...) Não tem nem areia nem pedra, tá tudo entupido, eles falam que foi quando tinha o garimpo aí, antes deles chegar tinha o garimpo de draga, eles falam que o povo entupiu, mas não foi não. Porque eles fechou lá em cima. Não dá enchente, né? Como é que limpa. Depois que eles fechou ela lá em cima, acabou. Não seca não, mas também não reanima não reativa nada mais (Laércio).

O que era a Lagoa de Santo Antonio agora é apenas um “corguim à toa”. O “corguim à toa” é dreno, efluente da barragem de rejeitos, denominada Bacia de Santo Antonio pela empresa. Os moradores falam do que eles veem de mudança no ambiente e sentem que são ignoradas suas necessidades como a “morte” da Lagoa de Santo Antônio e outras nascentes que havia nas encostas do Morro do Ouro.

Os moradores de Santa Rita que possuem afinidade com o meio ambiente observam as alterações provocadas na água e avaliam que o lençol freático esteja contaminado e comprometendo o ecossistema. O abastecimento das cisternas, córregos e rios que seguia naturalmente as estações chuvosas do ano apresenta um fenômeno novo.

De primeiro, a minha cisterna secava quase todo ano, agora ela não seca mais, ela tá cheia de água, posso deixar ela ligada o dia inteiro, ela não seca porque isso aqui tá encharcado. (Quintino)

Diminuir a água até não, ela parece que fez foi aumentar. Ela conservou mais, parece. (Alírio)

Depois que essa empresa tá, aquela sequeidão que nós tinha de cortar as água acabou. Mas porque acabou? Represou a cabeceira dela e a contaminação vem de lá pra cá. Essa contaminação que é o perigo dessa água que nós estamos falando. Uma água infectada aí. Então ela aí contaminada, né fia? Que ela tá fritando por debaixo. Como esse corguim aqui perto (...) esse corguim secava todo ano, ficava na poeira, depois que essa RPM se levantou aí, ele não secou mais. (Jacinto)



Córrego do Pinheiro que, segundo os moradores, permanece todo o ano com água desde que foi construída a represa. Foto: Aparecida F. C. Duarte, 2008.



Ponte sobre a Lagoa de Santo Antônio que foi represada pela RPM - Liga o povoado Lagoa de Santo Antônio à comunidade Santa Rita. Foto: Aparecida F. C. Duarte, 2008.



Água que corre debaixo da ponte – dreno da barragem de rejeitos. Foto: Aparecida F. C. Duarte, 2008.

A população, no empenho para resolver o medo de contaminação pelo consumo da água, coletou amostras a jusante da barragem em janeiro de 2008 e encaminhou para análise no Laboratório LABIOTEC em Uberlândia, Minas Gerais, laboratório independente e credenciado no SISEMA – Sistema Estadual de Meio Ambiente. A água foi considerada imprópria para consumo humano dado à concentração de mercúrio, chumbo, cádmio e arsênico acima do nível permitido pela legislação brasileira.¹⁷

Resultado de análise feita pelo mesmo laboratório em 2001, sob iniciativa também da comunidade, havia constatado a presença de cianeto, cobre e chumbo acima do nível permitido para consumo humano, mas não havia sido divulgado. As avaliações de 2001 e 2008 foram levadas ao conhecimento público, em 2008, através de uma denúncia da comunidade ao Ministério Público, apoiada pela ONG Acangaú¹⁸.

Em entrevista ao jornal “Alerta Paracatu”, o químico responsável pela análise da água declarou que os resultados eram de gravidade extrema

pois as contaminações por metais pesados provocam cegueira, destruição do sistema imunológico, destruição do sistema nervoso central e outras afecções, sempre que há exposição do ser humano aos locais e águas atingidas. Recomendamos que a mineradora faça a conscientização dos riscos para a população do entorno da mina, distribuindo água potável gratuita aos habitantes ribeirinhos e exames clínicos. Estas são as medidas imediatas que deverão ser tomadas com vistas a iniciar o processo de recuperação do passivo já instalado no local, principalmente junto as famílias que estão abaixo da barragem, que são diretamente atingidas pela movimentação do lençol freático contaminado (GIOVANI MELO).

Esse fato trouxe muita polêmica e mobilizou vários atores sociais numa correlação de forças por interesses diversos – econômicos, políticos, sociais e religiosos. Os resultados acima foram contestados pela empresa com novas análises, o município se eximiu do seu papel fiscalizador-controlador e restaram à comunidade o descrédito, a dúvida, a polêmica e a aflição.

Tem dias que eu deito e não durmo pensando: ah! Daqui uns anos uns vai morrer de câncer por causa dessa contaminação, do veneno, sei lá. Porque eles falam que não tem, mas tem. É verdade, eles fala que não tem, mas lógico que tem.

¹⁷ Jornal – “ALERTA PARACATU” ano I – Número 00 – junho 2008, p. 24.

¹⁸ ONG de defesa ambiental presente no município de Paracatu.

Então a gente fica preocupada, né? Eu realmente fico preocupada, mesmo! Não só por mim... Por causa dos meus filhos. Tem os meninos aí que eu crio, a gente preocupa (Fidélia).

Uma água que já foi usada com veneno e tudo. Você tem coragem de beber? É igual a lá do córrego Santo Antonio, ela corre limpinha lá, você pode chegar lá que é cristalina mesmo, mas eu não tenho coragem, pode tá com a sede que tiver eu não tenho coragem de beber. (...) Não tenho coragem de beber por causa que ela vem nascida da RPM. Mesmo tenha filtro e tudo, mas se você for beber, mesmo se não tiver nada, você bebe cismado. Porque ela tá vindo de uma nascente que tá poluída em cima, com veneno, com sujeira. Veneno tudo grave (Anísio).

A empresa possuiu um sistema de automonitoramento das águas aprovado pelos órgãos ambientais e foi contrariada pelas avaliações do laboratório independente LABIOTEC e, diante da contraditoriedade dos resultados, descomprometimento do município e a falta de conhecimento técnico, a comunidade sente-se insegura e não sabe em quem confiar. E preocupa-se com o Ribeirão Santa Rita; teme que o seu destino seja o mesmo da Lagoa de Santo Antonio pela expansão da empresa que comprometerá suas nascentes, os vales Eustáquio e Bandeirinha ¹⁹ para construção de uma nova barragem de rejeitos. Tenta impedir a expansão da empresa com um abaixo-assinado e vive o luto antecipado da possível perda do Ribeirão Santa Rita, principal afluente da comunidade Santa Rita que se organizou às suas margens. “Eles quer matar o Santa Rita” (Quintino).



Ribeirão Santa Rita que percorre toda a comunidade Santa Rita.
Foto: Aparecida F. C. Duarte, 2008.

¹⁹ O estudo de pré-viabilidade identificou os vales Eustáquio e Bandeirinha como as áreas de armazenamento de rejeitos e água para o projeto de expansão(RPM - Projeto No. EG09449, p. 12).

Acho que se o rio acabar... Acabou né? Porque... Nossa Senhora! É muito importante, água doce, água saudável. De repente, acaba. Eu fico muito triste só de saber. Eu fico muito triste, mesmo! (Basila)

A água é vida. Então eles quer tirar uma vida. Pra eles tirar essa água... Pra nós... É a água que nos temos. Pra eles vim e contaminar essa água; como é que nós vamos viver? (Esmeralda)

O rio sempre foi um aliado do ser humano que se organizou em suas encostas pela impossibilidade de sobrevivência sem a água. A possibilidade de perder o ribeirão Santa Rita e a qualidade de sua água como aconteceu com outras nascentes, tira a tranquilidade dos moradores.

Faz-se necessário, nesse contexto, a presença de uma equipe interdisciplinar de profissionais trabalhando para o fortalecimento do modo de vida da comunidade Santa Rita, o ajustamento social dos sujeitos atingidos e a preservação ambiental, contribuindo para o fortalecimento da comunicação entre a comunidade, o município, a empresa e outras entidades.

Quanto ao barulho e poeira pela movimentação dos caminhões, os moradores próximos à barragem de rejeitos tóxicos são os mais diretamente atingidos pela movimentação da empresa. Acostumado a dormir às vinte horas para refazer-se do cansaço do dia, o sertanejo tem o seu sono perturbado pela empresa que permanece as vinte e quatro horas em atividade.

Quando é de noite aqui a gente deita cedo, aí eles janta 8:00 [funcionários da empresa], enquanto eles tá jantando a gente deita, dorme. A gente deita 8 horas que a gente deita cedo. Nove horas eles começam aí. Por volta de meia-noite a gente acorda e não dorme mais por causa do barulho, é zoada aí de todo jeito, pancada de caçamba de caminhão. Ruído não tem nem como falar não, é cem por cento. Tem que ver pra crer (Clemente).

Tem noite que eu perco o sono, viu fia? Essa noite mesmo eu não dormi nada. Um barulhão parecia um trator. Uma máquina aí num barulhão, minha fia. E dando uma buzinação. A gente não dorme de jeito nenhum, um trem mais terrível! (Jacinto)

A poeira é coisa tremenda, chega subir a nuvem. E atinge mais é eu aqui e minha menina que mora ali porque os outros moram lá pro fundo. Quando ela sobe, ela já vai esparramando... Até na casa das meninas que é mais pra lá ela não chega. Mas eu aqui e minha menina ali fica coberta de poeira. Suja tudo, não adianta lavar nada, não adianta arear nada, a gente vê a nuvem, pode escrever na poeira. (Sebastiana)

Alguns trilhos que havia no Morro que davam acesso a vários lugares na região como Paracatu e povoados foram eliminados, a maioria dos moradores lamentam a perda desses trilhos que cortavam caminhos, mas sentem-se beneficiados pelo transporte urbano municipal que percorre a comunidade duas vezes ao dia, ou seja, pela manhã e pela tarde. O que há de negativo nisso, segundo os moradores, é que ficam presos a esses horários, ou senão, precisam seguir pela MG188 ou percorrer o caminho antigo que passa dentro da propriedade privada da empresa, onde se sentem intimidados pelo sistema de vigilância.

Em 2002 a empresa Rio Paracatu Mineração investiu noventa mil reais no *Projeto Geração* na comunidade Santa Rita para criação de porcos, frangos e uma horta comunitária. Em 2003 doou um trator agrícola e um poço artesiano para a sede da associação. Poucos sinais se percebem da criação de porcos e frangos, que foram feitos individualmente, e a horta comunitária não existe mais. O motivo principal para o insucesso desses empreendimentos, apontado pelos moradores, foi a falta de mercado para escoar os produtos, ou seja, a falta de planejamento. Eles consideram que o projeto de geração de renda da empresa não compensa as perdas e danos que ela provoca para a população e não se sentem motivados por isso.

Aí, não adianta, é como eu falei, eles traz muito benefício, mas traz muito sacrifício pro povo. Quantos morador daí de cima saiu daí. Sustentava tudo daí, tirava o sustento tudo daí e hoje ta... Como diz: trabalhando de outro jeito, talvez até passando necessidade. Traz muito benefício, mas traz muita polêmica também (Clemente).

Tirou o sossego mesmo! Eles ajuda. Dizer ocês que ajuda, mas é ajudinha pouca. Não vou dizer que eles não ajuda, não. Que ajuda... É difícil. (Manoel)

Ao contrário da população, a empresa apresenta o Projeto Geração em propagandas de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social com êxito. Técnicos da RPM servem como referência na comunicação entre os moradores e a empresa para viabilizar o Projeto Geração na comunidade e para facilitar a negociação dos terrenos. Os moradores consideram que a interação entre eles, técnicos e população, seja boa, embora reconheçam que seja apenas comercial.

A maior parte da reclamação é a água, poluição, poeira, som, barulho. E no mais... O pessoal da RPM pra tratar a gente assim é super educado. Nossa Senhora! Eles vêm, e se você precisar chamar eles lá, dez horas da noite eles vão, na hora. Tipo assim: É com interesse, a gente sabe que é com interesse, porque futuramente eles vão querer comprar aquilo ali tudo. (Rogério)

Na comunidade não foi encontrado nenhum morador que prestasse serviço para a RPM e alguns se sentem beneficiados indiretamente pelo emprego de filhos que moram na cidade.

Para as famílias que permanecem na comunidade, é necessária que seja mantida a estrutura sociocultural e econômica da comunidade, fortalecendo programas de geração de renda já existentes e identificando necessidades de novos investimentos, com a comunidade incorporando recursos econômicos da empresa e do município. Além do incentivo à cultura, favorecer os esportes, os costumes e a organização social e comunitária.

2.1 O amor com tudo

A maioria dos entrevistados são pessoas com idade acima dos sessenta anos, moram na comunidade há mais de quarenta anos e todos são proprietários das terras onde vivem. Os anos vividos reforçam os vínculos e a identificação com o ambiente. Durante entrevista, foi perguntada a Sebastiana o que ela gostaria que preservassem na comunidade e ela respondeu: “velho tem o carrancismo, né? Velho tem o carrancismo com tudo! Tem o carrancismo com tudo!” E explicou o que, para ela, é o carrancismo:

O carrancismo é velho que tem aquele amor com tudo, tem o amor com o lugar. Amor com tudo, né? Porque a gente tem mesmo. Se de novo tem carrancismo... Aquele amor! Velho ainda é mais. É aquele carrancismo, né? Com o que tem, até com as coisas que a gente tem. Não todos, mas têm muitos. Aquelas caiécas, aqueles trem... Querendo que não quebre não esbandalha, que fica tudo ali. Até isso. Não todos que é assim. Agora, eu sou. Eu tenho amor em tudo que é meu. Tudo. A gente sabe que um dia a gente larga tudo, morre, não vai levar nada. Tudo vai ficar... As bagagem vai ficar, mas enquanto a gente vive a gente tem aquele dom de ter aquele amor com os trem da gente, aquele cuidado. Não esbanjar, né? É isso que eu falo que é carrancismo.

O carrancismo é o amor com tudo. O amor que Sebastiana manifesta por tudo é o cuidado que tem por si e por sua história cristalizada nos objetos geográficos atuais naturais, que jamais foram tocados pelo ser humano e culturais que testemunham o trabalho humano. Segundo Milton Santos: “O passado passou,

e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isto de singular: ela é formada de momentos que foram estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais.” (2007; p.14) Pelos objetos geográficos atuais o ser humano reconhece a si e a sua história; o passado e o presente. Sebastiana diz que os novos, também, têm o amor com as coisas e Vanilda confirma:

Desde quando eu entendo por gente que eu conheço aquele pé de jatobá, ali ó. Quanto tempo tem aquele pé. Agora que vai destruir ele? Posso olhar pra todo lado e não tem trem que me faz recordar desde eu pequena! Tem esse pé de jatobá... Esse pé de jatobá tem milhares de ano. Ali, direto nos ia pra lá. Até hoje eu ainda vou lá, ainda. Só que o jatobá lá é daquele comum, né? Mas de vez em quando, quando tem nós quebra jatobá lá. Dá pra comer. Não tem nada mais. Tanto que as casa perto... Essa casa de mãe, aí. Já é a terceira casa depois quando eu nasci, né? Nem os esteio, nem nada tem de recordação. Tem esse pé de jatobá aí. Eu falo com os meninos direto. Esse pé de jatobá é véi. Agora, tem 42 anos que eu nasci. Não sei quanto tempo que já tinha ele antes. Esse tem muitos anos!

O ser humano se reconhece pela interação com o ambiente, pelos objetos geográficos atuais que o orientam no tempo e no espaço. Nessa interação dependente, as partes, paradoxalmente, possuem independência. Vanilda apresenta o pé de jatobá como um objeto natural autônomo que produz jatobás comuns, tem “milhares de anos”, existe desde antes que ela nascesse e pede sua preservação. A preservação do pé de jatobá é, também, preservação da memória-história de Vanilda que pode “olhar pra todo lado e não tem trem que me faz recordar desde eu pequena! Tem esse pé de jatobá”. Como Sebastiana, a maioria dos entrevistados não se limitou a um objeto que gostaria que preservasse como o fez Vanilda. Geralmente, a maioria falou do conjunto enfatizando os rios, os lotes, os moradores, enfim, tudo.

Os objetos geográficos não são estáticos. Milton Santos (2007) chama a atenção para a dinâmica do espaço que se altera em ritmos e intensidades variadas para atender às necessidades sociais. Segundo ele:

Considerada em um ponto determinado no tempo, uma paisagem representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade. A paisagem é o resultado de uma acumulação de tempo. Para cada lugar, cada porção do espaço, essa acumulação é diferente: os objetos não mudam no mesmo lapso de tempo, na mesma velocidade ou na mesma direção (p. 54).

A paisagem transformada pela empresa RPM representa o momento atual de desenvolvimento da sociedade capitalista e o comprometimento da população de Santa Rita em seu espaço de vida. O momento atual é difícil de apreender pelo ritmo inédito de alteração do espaço pela ação da RPM, representando perdas e danos no espaço e no tempo. O passado e o presente se encontram na atualidade de forma assustadora para a comunidade, como diz Laércio: “Isso eles gastaram foi poucos dias... É cinco escovadeiras. Parecia o fim do mundo!” A comunidade é obrigada a aceitar um projeto de desenvolvimento brutal que a desorienta, desenraiza, empobrece e escraviza. Um projeto que preconiza um bem comum, mas atua de maneira desigual e imposta.

Os objetos geográficos atuais na região de Santa Rita vão se perdendo definitivamente da visão do sertanejo e vão se transformando em um amontoado de terra e água represada. “De tudo a gente recorda. Eu sonho, eu carreando carro de boi mais meu pai, lutando lá nessas roça, tudo é a água lá da RPM hoje. É!” (Ladislau). “Daqui a gente enxergava o Morro do Ouro lá, hoje não enxerga mais por causa da barragem, só enxerga um monte de terra na frente” (Clemente). Os objetos geográficos atuais só poderão ser vistos ativando as recordações na memória, e a consciência disso causa aflição e medo aos moradores pela perda de referenciais com o tempo e o espaço; a história. Surge, então, o medo do desenraizamento.

Peço pra não mexê... É pra não mexê comigo. Não tirar eu daqui... Deixa eu no meu canto até o fim da minha vida. Não estou pra viver muito mais mesmo! Então deixa eu até o resto da minha vida. Eu saí... Bater cabeça... Pra onde é que eu vou? Os filhos... Todo mundo tem seu lugar pra lá. Estão sobrevivendo. E eu sair daqui pra mim ir pra onde? Eu não tenho uma telha na cidade e falar assim: Essa aqui é minha. Minha cabeça já não tem nada. Como é que eu vou... Ah! Não! Deixa eu no meu canto. Estou no fim de minha vida. Não vou viver muito mais mesmo! Vou morrer, não vou levar nada. Fica aí. (...) Aí eu morrendo, pode fazer o que quiser (...) Eu quero que me deixe sossegada no meu canto (Inácia).

Pra outro lugar não me serve não (...). Esse pouco ou nada que eu já vivi, esse muito tempo que eu já passei aqui, eu quero passar o resto. Então o desejo é não deslocar a gente porque se eles deslocar nós daqui acho que eu não vivo. Porque é o lugar que eu nasci, criei, casei, vivi, viuvei. Resisti tudo! Porque era tempo de eu sair, né? Como muita gente me deu conselho: Ah, não! Você vai pra cidade porque cidade procê é melhor. Falei: Não, não vou não! Eu não vou porque eu nasci foi na roça e eu sei o serviço de roça. (...) Eu não quero que acabe e que não saia mais ninguém. Porque o tanto de gente que já saiu e ainda agora com a saída desses pra mim foi pior porque foi menino que eu vi nascer e criar aqui e eu vê o sentimento deles pra eles sai. E também eu desejo que eles não mexam com

nós, aqui é um lugar sossegado, não tem briga é um lugar unido, todo mundo unido, se você faz uma coisa e vê o povo tudo chegar pra mim e um prazer muito grande. Então eu desejo assim, que deixem à gente em paz. (Esmeralda)

Porque eu tenho amor aqui. Porque quantos anos, né. Eu penso que se eu mudar daqui eu não duro muito, né? Eu apaixono... Só de eu viver aqui desde que eu nasci até hoje. Aí a gente entristece a gente já não é muito bem do coração. Acho que não vivo muito, não. Mas depois de ser preciso, não tem outro recurso. O que é de fazer, né? (Sebastiana)

A velocidade das mudanças provocadas pela empresa segue em descompasso ao ritmo da comunidade que perde a identificação com o espaço, o tempo e se desorienta como diz Clemente: “Tinha uns morador aí, hoje a gente vai lá nem conhece o lugar mais, não sabe onde tinha casa, como é que era mais, acabou tudo”. Os idosos da comunidade carecem de uma atenção especial devido ao vínculo afetivo e ao sofrimento com a modificação do ambiente; atividades sociais e culturais direcionadas, especialmente, a eles, minimizariam o sofrimento pelas transformações ambientais causadas pela empresa.

O ouro representa riqueza pela atribuição de valor dada pelo ser humano, para a comunidade de Santa Rita a riqueza local se contradiz pela degradação do meio ambiente natural e cultural. A seguir será feita a recordação do tempo do garimpo artesanal nas minas de Paracatu, desde a empresa de Portugal até a vinda da empresa canadense RPM-Kinross.

3 - O ouro e a vida dos moradores da comunidade Santa Rita

Em Minas Gerais, no período colonial, as populações se formavam situadas nos vales onde se ajuntava o ouro de aluvião²⁰ e utilizavam do trabalho escravo para o garimpo. Assim se formou o povoamento na cidade de Paracatu e assim se formou a comunidade da Lagoa de Santa Rita às margens dos ribeirões Santa Rita, Santo Antônio e outros relatados por Manoel:

Tinha a praia de Santo Antonio, a gente pescava, pegava um peixim, distraia muito. Tinha o outro córrego pra cá que é da Costa da Mina, é aonde que nós mexeu com lavoura, que nós começou a vida, eu e meu pai. Foi nesta costa da mina, aí. É um corguim que tinha pra cá, encostadim na praia, aí embaixo. Ele nasce lá no pé do morro, esse corguim. Tinha uma tal grota de bagaço que fica lá dentro da água da RPM, mais pra lá um tiquim, era uma água que nascia do campo. Oh água maravilhosa que era! Parecia uma água mineral, assim, ela não tinha epidemia nenhuma, um lajedo que a gente passava pra lá, pra ir pra casa de

²⁰ Aluvião: ouro encontrado nos cascalhos dos vales, praias, lagoas e rios.

um vizinho que era dono do terreno. Engraçado, nós bebia água lá, com a boca. Oh maravilha a água que era! É. De tudo a gente recorda.

Manoel se recorda da abundância de água que havia nas encostas do Morro do Ouro, por onde ele e outras pessoas transitavam antes de ser instalada a empresa RPM. Nesses mesmos lugares, as pessoas se juntavam para garimpar o ouro de aluvião, conforme relata Ernesto:

Eu andava muito aí. Ia muito pra cidade, foi em setenta (...) Aquela porção de gente em beira de estrada arrastando cascalho, né? Adão Mendanha, outros mais. Adão com os filhos dele tudo e mais gente. Esse povo da cidade. Daqueles pé de morro, aí tudo. Ia pra garimpar que lá juntava aquela poça d'água. Aquela lagoinha, né? Carregava os cascalho, longe. Só Adão tinha carroça pra carregar o cascalho. O resto tudo carregava na cabeça o cascalho pra esses lugar. Pra lavar, pra tirar ouro. Era muito, era umas trinta pessoa panhando a poeira da estrada. Rapava aquilo, varria, pra poder lavar, pra tirar o ouro. Eles nem mexia no cascalho forte, não. (...). Ali, naqueles meio ali, o povo juntava mesmo! Ali no fundo do Chapéu Preto tinha um lagoão, não secava não. Sempre nós passava lá pra dá água o cavalo, aquele povão lá lavando cascalho, tirando ouro. Era divertida essa beira de estrada, aí.

Ernesto retrata os anos 70, época em que as pessoas fisciavam o ouro que ficou da exploração da empresa de Portugal no século XVIII. O ouro se revelava nos cascalhos das encostas do Morro, fato que vale ser retratado, também pelo Manoel:

Aonde passava por aquelas estrada que ia lá pra Paracatu, de cavalo, de carroça. Ia esmoendo aqueles cascaio e tinha uns garimpeiros que ia com a vassoura, varria, (...) fazia aqueles montim, punha nas carroça pra ir pra vertente pra lavar, pra tirar o ouro.

O ouro atraiu a atenção dos portugueses no período colonial e sua extração começou com bons presságios, mas sofreu sua ruína no alvorecer do século XIX²¹ e nunca passou de uma aventura passageira, porque a riqueza extraída do trabalho escravo era toda “drenada” para fora do Brasil através do oneroso sistema fiscal português que vigorava na época. Os tributos ao rei de Portugal, Dom João V, deveriam ser pagos a qualquer custo “em caso contrário havia as derramas, os confiscos, as masmorras do Limoeiro ou as deportações para a costa da África” (PRADO JÚNIOR, 2006; p. 177). Tempos difíceis para os mineiros que ficaram na miséria.²²

²¹ As causas para a ruína da empresa de Portugal são bem especificadas no livro de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, 2006, p.169.

²² “Até os filhos de antigos e ricos mineiros, empenhados e falidos, caíam na miséria, e desesperançosos da mineração, escondiam-se nos matos e nas roças.” (SOUZA, 2004, p. 103.)

O mineiro, na busca incansável e penosa pelo ouro, atribuiu ao minério o caráter de riqueza ilusória, passageira, caprichosa, enfim, uma praga bíblica. Praga bíblica porque o lucro com a atividade era resultado de acaso, de sorte e de aventura e não se configurava como trabalho cuja regra era ganhar o pão com o suor do rosto (SOUZA, 2004).

Abandonados à própria sorte, pela ruína da empresa de Portugal, o homem pobre e “livre” seguiu fiscando o ouro com todas as intempéries de uma “praga bíblica”, para garantir sua sobrevivência. Em Paracatu, homens e mulheres rodaram suas bateias até meados dos anos 80, quando a atividade foi proibida pela nova legislação do meio ambiente (1989)²³ e o direito de lavra foi concedido à empresa Rio Paracatu Mineração – RPM, conforme comentado por Ernesto:

Tinha algum garimpuzim de bateia, caixote, esse garimpim. Aí veio um garimpuzim mais forte foi antes da RPM, 1980,²⁴ mais ou menos. Teve um garimpo forte aí. Aí veio a RPM, aí embargaram isso. O IBAMA bateu. Aí embargou mesmo. E já foi com entrosamento da RPM porque nós não sabia, mas vinha a RPM. A RPM é que fez pesquisa de tudo e já não quis deixar o pobre garimpar mais porque dava muito ouro aí.

Esse período de concessão de lavra à RPM pelas Leis Ambientais retratado por Ernesto foi um período de conturbação social em que os garimpeiros tentaram inutilmente a reabertura dos garimpos²⁵. O peso da “praga bíblica” recaiu sobre os ombros dos garimpeiros sob a forma da exclusão, conforme diz o Eustáquio:

A gente passava ali, e ali, no meio das estradas tinha aqueles garimpeiros que ficavam ali tirando ouro, varrendo a estrada onde a gente passava pra tirar o ouro. Isso ficou muito tempo, é onde a gente vivia. Às vezes a gente também tirava ouro (...). A gente vivia ali com a firmeza desse ouro, quando tinha uma folguinha da roça, a gente ia nessas praias, nesses ribeirãozim onde eles [RPM] cercaram. A gente tirava ouro lá também pra se manter.

²³ A aplicação da nova legislação do meio ambiente condicionou a exploração da lavra à pesquisa e projetos de viabilidade econômica e de impacto ambiental, favorecendo empresas altamente capitalizadas e com tecnologia avançada (FRANCH et al., 2005).

²⁴ Nos anos 80, a mídia noticiou de forma um tanto exagerada o ouro existente no município. Isso atraiu muitos aventureiros e novos instrumentos para garimpagem foram introduzidos, como dragas, moinhos e motores movidos à energia de combustível e a apuração do ouro passou a ser feita com uso do mercúrio, prejudicial ao meio ambiente (MELLO, 2002)

1980 – Ernesto se refere quando foram introduzidas as dragas, os caixotes e o mercúrio, quando o ouro em Paracatu foi divulgado e pessoas de várias partes do país chegaram à cidade para minerar.

²⁵ Os garimpeiros perderam o direito de exploração do ouro acusados do uso indevido do mercúrio e contaminação dos rios (FRANCH et al., 2005).

O garimpo acontecia nas horas de folga do trabalho na “roça” como renda complementar para quem possuía a terra, como o caso de Eustáquio. Para quem não tinha terra restava apenas o garimpo, até que veio sua proibição e nada restou.

Situações mais próximas da miséria foram observadas principalmente (mas não apenas) na área rural, onde os garimpeiros e suas famílias chegam a passar fome ou a se alimentar muito precariamente (FRANCH et al, 2005; p. 35).

O garimpeiro do sertão teve que se adaptar a qualquer custo à nova realidade em que sua atividade se tornou ilegal e seu espaço de trabalho coletivo se tornou propriedade privada. O estranhamento do sertanejo com a nova realidade resultou na morte de quatro pessoas²⁶, dentre elas dois moradores da comunidade rural Machadinho, em área da empresa, e uma sequência de conflitos.

Os garimpeiros seguiram a própria sorte, sendo

trabalhadores pobres, de origem rural, expulsos de áreas tradicionais da economia por processos de capitalização do campo e da mineração, apertados por um processo de diminuição de oportunidades de trabalho (FRANCH et al, 2005; p. 61).

E as bateias que rodaram por mais de duzentos anos nos córregos, praias e encostas do Morro, pararam.

A história do ouro que marca a vida da população é contada pelos moradores através de mito. Os mitos são representações de uma história real, neste caso, a história real é a da mineração no Morro do Ouro. Será tratado, a seguir, o mito que envolve a mineração no Morro do Ouro e região, narrado pelos moradores de Santa Rita.

3.1 – Mito do ouro encantado

O mito é uma forma de comunicação da realidade vivida e revela a essência do ser humano, ou seja, é a soma de muita reflexão transformada em uma

²⁶ “1997 – 1998 – Desarmamento de vigilância com política internacional da empresa precede conflito em junho de 1998 com morte e ferimentos de garimpeiros e ferimento de vigilância (...) 2000 – Novo incidente com morte e ferimento de garimpeiros e adoção de políticas cada vez mais restritivas de acesso dos garimpeiros à área dos rejeitos através de recuperação melhorada do ouro (...)” (FRANCH et al., 2005; p. 59)

linguagem acessível às idades e aos tempos. Os mitos falam do que vai no inconsciente coletivo, são linguagens que traduzem fenômenos profundos e indescritíveis pela razão humana (BOFF, 2007). O mito faz parte da cultura, da elaboração subjetiva da realidade transformada em linguagem, em história mágica que mistura o real e o sobrenatural.

Innocencio (2007) recorre a Percy Cohen (2007) para sustentar que dentre as funções do mito a mais importante é ancorar o presente ao passado.

O que há no mito que exerce um apelo tão forte sobre os homens a ponto de fazer com que eles o tratem como algo sagrado? Acredito que a resposta para essa pergunta é porque os mitos exercem diversas funções interligadas e porque eles contêm níveis de significado que alcançam uma correspondência percebida de modo intuitivo, porque mitos são narrativas com uma estrutura ancorada no tempo, porque eles operam simultaneamente com significantes sociais e psicológicos, porque recorrem ao que é experienciado e acessível e o ligam ao sentido primordial de uma realidade mais profunda, eles têm o poder que nós acertadamente lhes atribuímos em algumas sociedades (COHEN apud INNOCENCIO, 2007; p. 7).

Ao mito é atribuída a ligação do homem com o tempo presente e passado. Ele sempre se reporta a eventos que supostamente tiveram lugar há algum tempo. Já para Mircea Eliade (1998), o caráter sagrado do mito é atribuído a sua localização no passado, o mito é sempre um mito de criação: “o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do ‘princípio’”, ele explica como alguma coisa passou a existir. “O mito é uma realidade cultural extremamente complexa, que pode ser abordada e interpretada através de perspectivas múltiplas e complementares” (ELIADE, 1998; p. 11).

Segundo Leonardo Boff (2007), para compreender o mito é necessário combinar a inteligência instrumental-analítica com inteligência emocional-cordial de onde vêm as imagens e os mitos. De outra forma, corremos o risco de deixar de fora as energias poderosas que habitam a profundidade do ser humano, as imagens e os símbolos. Não é pretensão esgotar as interpretações do mito do ouro encantado apresentado por alguns moradores que não se intimidaram com as histórias ou que o fizeram enquanto se justificavam: “Eu não acredito nessas coisas não. Ara! Eu não tenho medo, mas não quero ver.” (Laércio) Apenas no que se compreende contribuir para responder as indagações desta pesquisa.

A reflexão da realidade vivida pela comunidade e que se transforma em mito é comunicada por Basila:

Tem hora que eu fico pensando assim: aquele ouro lá era pra nós, né? Pra agora nós que tá tirano. Deixou a empresa vim de longe, né? Mas a gente via aquele povo varrendo lá, aquela poeirinha e lavando... Pensando que não tinha, né? E na onde a riqueza tava. Que ali é um lugar rico, né? Quantas toneladas de ouro que eles não tiram, né? No dia. Era pra gente tá também... Bem riquinho né? Tirando também, mas deixou pros outros de fora, né?

Basila fala da riqueza que a população perde sem jamais ter possuído. Uma promessa contida no Morro do Ouro, “porque tinha ouro” e não foi revelada aos que dele sempre se achegaram. A riqueza jamais alcançada vai se transformar em mito; em sujeito sobrenatural. O mito do ouro encantado no Morro do Ouro - Cruz das Almas, lugar de provações que ancora o presente e o passado histórico da população.

Segundo os moradores, no tempo passado da escravidão, os escravos e outros que trabalhavam nas minas de Paracatu enterraram ouro em várias partes da região e estes locais ficaram encantados. As almas dessas pessoas guardam estas riquezas escondidas à espera de elas serem descobertas libertando, assim, suas almas. A riqueza é destinada a algumas pessoas e não são conhecidos os critérios para isso, pode ser por parentesco ou outro critério. Adquiri-lo depende da sorte, do destino, da persistência, da resistência e da predestinação.

As lendas narradas pelos moradores da Lagoa de Santa Rita contam com personagens reais: vizinhos, parentes e amigos que contracenam com entes sobrenaturais em espaços concretos. E falam de um passado sempre presente na relação com a riqueza e a pobreza, senhores e escravos. Segundo Elíade (1988), o mito conta como uma realidade passou a existir num determinado momento pelas proezas de “Entes Sobrenaturais”. Entes que não podem ser considerados independentes de existência humana, uma vez que são resultado do inconsciente coletivo e comunicam sentimentos que são humanos (BOFF, 2007). Ou seja, o mito é criação do ser humano, existe em sua função e sem ele deixa de existir.

Os moradores que percorriam os caminhos que levavam a Paracatu de carroças ou a pé passando pelo Morro do Ouro, avistavam muitas pessoas garimpando nas encostas dos rios com suas bateias, caixotes e pás, crianças se

divertindo nas águas dos rios e mulheres lavando as roupas. Era comum a profissão de lavadeira, as roupas eram lavadas nas praias, esfregadas em bacias e pedras e depois o sabão que ficava nos tecidos era tirado nas águas transparentes que corriam pelo chão regando os pés das lavadeiras. Os rios e praias eram pontos de encontro, diversão e trabalho. Eles serviam todos os banhistas, as lavadeiras, os garimpeiros, observadores e curiosos. Segundo os entrevistados, a vida era difícil, mas também era divertida.

Jacinto, como outros moradores, andava muito de carroça pelo Morro do Ouro e conduzia muitas pessoas que encontrava pelo caminho com suas cestas de produtos para vender em Paracatu. Ele conta que em cima do Morro

tem um poço ali, que diz que tem uma mesa de ouro e um cacho de banana de ouro. E lá é uma cisterna. O trem mais feio! (...) Nos ia lá. Lá era um buraco, minha fia. Ele tinha as escadas, viu? Você jogava uma pedrinha lá dentro, o trem ia zoando toda vida! Lá no fundo!

Jacinto explica que a cisterna ficava em cima do Morro, ao lado do povoado de São Domingos, onde já havia uma trilha de tanto as pessoas irem para olhar. Alguns moradores tentaram entrar na cisterna, mas não conseguiram, pois era muito funda. “O trem ia entrando lá pra dentro do fundo! Toda vida! Tudo de escada. Saia de uma escada e entrava em outra. Igual um prédio hoje” (Jacinto). *Eles* receiam que a RPM já tenha desenterrado esta mesa de ouro e este cacho de banana de ouro que eles não conseguiram alcançar.

Os lugares são reais, o Morro é real e existem sinais de escavações do tempo da colonização.²⁷ A existência da cisterna e os tesouros dentro dela são citados pela maioria dos entrevistados, faz parte do inconsciente coletivo. O cacho de banana e a mesa são objetos comuns e significativos para as famílias da região. Todos sabem da existência do tesouro, mas jamais um morador conseguiu alcançá-lo. “Mas tinha muita água e a pessoa não conseguia pegar o cacho de ouro, aí nesse Morro do Ouro” (Laércio). Embora escondido, o ouro em forma de mesa e cacho de banana sempre esteve naquela cisterna e fez com que, por mais de duzentos anos, os moradores retornassem ao mesmo lugar em busca do sustento

²⁷ Morro do Ouro - Nas áreas remanescentes do morro, onde ainda não se desenvolveu a mineração, ocorrem, de forma esparsa, trincheiras e escavações mais amplas realizadas pelos garimpeiros da fase colonial. Nesses locais desenvolveu-se uma vegetação mais densa com espécies arbóreas do campo cerrado, que reveste as vertentes (RPM – EIA, 2006 p. 140).

diário com a esperança de, um dia, alcançar o tesouro verdadeiro. A banana, alimento que se põe à mesa para saciar a fome aparece de difícil acesso: “lá pra dentro do fundo... Toda vida!”.

O ouro é uma riqueza penosa, cheia de provações e difícil de alcançar. Segundo a lenda contada pelos moradores: “Aonde tem ouro diz que tem marimbondo, tem porca com reca²⁸ de pinto, tem galinha com reca de leitão. É tudo atrapalhado” (Isaura). O espaço onde se encontra a riqueza é sobrenaturalizado e para adquiri-la o homem e a mulher, simples mortais, precisam passar por provações e mais, precisam de rituais. O mito que reconstrói o passado tem sua atualidade renovada pelo rito. O Senhor Jacinto explica que, se uma pessoa quiser ficar rica encontrando o ouro enterrado na região, ela precisa de um ritual.

Fia, sexta feira da paixão. Se cê quer ficar rica, né? É só cê ir pra encruzilhada meia-noite. (...) diz que chama sete encruzilhada. Ocê vai pra lá e fica lá. Meia-noite, meia-noite em ponto... Logo vem a porca com sete pinto, vem uma arrastando o umbigo no chão. Vem a galinha com sete leitão. Vem aquela trenheira e aí vem o bichão lá mostrando ocê onde é que tá o ouro. Isso é no dizer dos antigo. (...) Aqui no cruzeiro mesmo, no pé da raia ali, as sete encruzilhada aqui só dava era ali.

Jacinto reúne, neste rito, várias imagens e símbolos da cultura: a sexta-feira da paixão, as encruzilhadas, o número sete, a meia-noite e o cruzeiro. O mito é uma elaboração subjetiva da realidade e faz parte da cultura. Jacinto relaciona a riqueza do ouro com as forças do mal. Esta relação não é recente. No Brasil ela se fundamenta na crise do ouro no século XVIII, quando a corte de Portugal ostentava luxo e prazeres à custa da miséria, da fome e da morte dos mineiros no Brasil. A corte foi caricaturalizada pelo personagem Fausto, sendo Fausto um mito literário da Idade Média, um homem de conhecimento que, se sentindo incompleto, alia-se a um inimigo da luz oferecendo a alma em troca da obtenção de seus objetivos. A riqueza foi cedida à corte de Portugal à custa da vida dos mineiros, assim como foi para Fausto à custa de sua alma. Uma riqueza falsa, ilusória, passageira e penosa.

Os moradores de Santa Rita negam esta riqueza pelas forças do mal e ressaltam a agricultura como o verdadeiro trabalho, uma “bênção bíblica” por se tratar de ganhar o pão com o suor do rosto, ao contrário do ouro que precisa contar com a sorte e outras mais. A ideia de agricultura como o trabalho abençoado

²⁸ Reca: com muitos pintos, um conjunto de pintos.

também surge no período colonial em desmerecimento à mineração, que arruinava os mineiros. Segundo Jacinto, quem insiste na riqueza fácil, pelas forças do mal e usando de rituais, são pessoas desavergonhadas que não querem o trabalho. Ele conhece e cita nome de vizinhos que se lançaram nesta aventura e tiveram um final triste na miséria e abandono pelos amigos e familiares depois de usufruírem da riqueza desenterrada.

Fausto também teve um fim dramático depois do pacto com o inimigo da luz; seria servido durante vinte e quatro anos sem envelhecer, vivendo todos os prazeres da vida e ao final desses anos sua alma lhe seria entregue. Ele conhece o amor de Margarida e dela tenta obter a salvação, mas foi impossível reverter o pacto que havia feito. As pessoas que procuram riqueza fácil têm um final triste, como o foi para Fausto. Procurar ouro é cavar a própria ruína, a felicidade pela riqueza do ouro dura pouco e ao final a pessoa fica pior do que antes. Assim como a história de Fausto e de alguns moradores de Santa Rita, como contam as lendas na região.

As “virtualidades”²⁹ do ouro são transferidas para o mineiro que procura pela riqueza fácil, pelos tesouros escondidos. Ele é considerado um aventureiro, oportunista, “quem não tem vergonha”, pois deveria se dedicar ao verdadeiro trabalho que é a agricultura.

A região guarda os tesouros que foram escondidos durante a escravidão. Árvores em chamas e tochas de fogo são vistas pelos moradores; gemidos, sons de viola, choro de criança e conversas indecifráveis são ouvidos; esses são sinais da presença do tesouro carregado de provações desde seus primórdios. O trabalho do garimpeiro, do faisgador na beira das praias e rios não foi mencionado como trabalho indigno, mas a desconfiança quanto à “bênção” sobre a riqueza do ouro permanece mesmo assim.

O ouro ganha *status* de Ente Sobrenatural e independente para explicar a relação dos moradores da comunidade com a riqueza do Morro. Como a lenda de um senhor que tinha um garimpo “de lá do outro lado, onde tem lama hoje”, ele sentava na cadeira de balanço olhava para a direção do ouro enterrado e dizia:

²⁹ Expressão utilizada por: SOUZA, Laura de Mello e. Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro; Graal, 2004.

“Daqui tô vendo meu ouro. Ele morreu não rancô, a lama [barragem] entupiu” (Laércio). O ouro se perdeu. Laércio conta a história da própria população que ficou por anos avistando o Morro onde os tesouros ficavam guardados como seus; a riqueza foi concedida à empresa RPM.



No caminho para Santa Rita, o sertanejo observa o ambiente enquanto as máquinas da mineradora RPM estão fora de operação – Ainda restam no quintal pés de mangas e cajus carregados de flores. Foto: Aparecida F. C. Duarte, 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente pesquisa, procurou-se conhecer e compreender as mudanças sociais, econômicas e culturais que ocorreram no modo de vida dos moradores da comunidade rural Santa Rita com a implantação da empresa Rio Paracatu Mineração S.A. (RPM), desde 1987 no município de Paracatu em Minas Gerais. Santa Rita é uma comunidade tradicional, rural, constituída por pequenos produtores que sobrevivem da agricultura familiar e fica localizada abaixo da barragem de rejeitos da empresa. A RPM é controlada pela transnacional canadense – Kinross Gold Corporation – que executa seu 3º projeto de expansão em Paracatu. Esse projeto amplia para mais 30 anos a expectativa de exploração das jazidas e eleva a produção de ouro de cinco para 15 toneladas por ano.

A questão ambiental que emergiu com esse projeto, que se insere no modelo econômico capitalista de produção e que vem sensibilizando a sociedade em nível sempre crescente, foi o eixo teórico desta dissertação, que obedeceu a uma visão interdisciplinar dada à complexidade da questão. As reflexões foram feitas: - resgatando-se a origem da questão ambiental para a ciência, o meio social e político; - contextualizando a empresa Rio Paracatu Mineração – RPM no cenário global e local; - apresentando o modo de vida dos moradores da comunidade Santa Rita e - apontando as alterações na vida econômica, social e cultural da população da comunidade com a implantação da empresa Rio Paracatu Mineração – RPM.

As questões que nortearam esta dissertação foram as seguintes:

- A vida social, econômica e cultural da população da comunidade Santa Rita se altera com a presença da empresa RPM?
- A população é considerada em suas necessidades?
- Como se estabelece a relação entre a população de Santa Rita com a natureza?
- Como se estabelece a relação da população de Santa Rita com a RPM? Quais os ganhos e perdas dessa relação?

Observa-se que o modo de vida socioeconômico e cultural da comunidade Santa Rita se alterou com a presença da empresa, o que era previsto, pois sempre que um novo empreendimento-organismo se instala em um meio ambiente, ele tende a modificá-lo e ser modificado por ele pelas interações que estabelece. A novidade está no caráter global e tecnológico da empresa que modifica o ambiente e, com ele, a noção de tempo, espaço e valores, influencia o subjetivo dos moradores e os sentimentos. As alterações acontecem em velocidade jamais vista pela população que se sente acuada, confinada, molestada e aflita em seu espaço pelas ações da empresa.

Isso se deve ao sentimento de fracassos e perdas que sofreram com a implantação da empresa. Alguns fatores podem ser enunciados:

- êxodo de moradores da região, diminuindo o número dos habitantes e enfraquecendo a rede de solidariedade e participação nas atividades tradicionais festivas como as folias, as rezas e as atividades da associação;
- enfraquecimento da produção no campo, da economia, pela redução de produtores agropecuários e da representatividade na feira municipal pelos feirantes;
- perda de efluentes como a Lagoa de Santo Antônio e outras nascentes que “nasciam no pé do Morro”;
- perda dos espaços de lazer e trabalho às margens dos rios;
- perda de animais e plantas nativas;
- perda da liberdade de ir e vir na região de propriedade privada da empresa, onde antes não havia cercas ou guardas;
- perda da qualidade de vida no campo pelo barulho, movimentação da empresa e modificação no ambiente e êxodo;

Constata-se, também, sentimentos de aflição, medo e insegurança, possivelmente decorrentes do (a):

- desenraizamento;
- perda do terreno e do trabalho no campo;
- modo de vida na cidade;
- perda do referencial cultural, dos laços consangüíneos, dos costumes, dos amigos e vizinhos;
- rompimento da barragem;
- contaminação pela água represada, pelo ar e pela poeira;
- perda do ribeirão Santa Rita pela expansão da empresa;

Acrescente-se, ainda, o sentimento de abandono do poder público municipal que não desempenha seu papel no controle e fiscalização das ações da empresa e não é presente nas negociações de compra dos lotes. Das cinco famílias que deixaram a comunidade em 2008, quatro migraram para a cidade sem monitoramento no processo de mudança.

Buscou-se compreender de que modo a população foi considerada em suas necessidades. Necessidade tem o caráter de necessário, ou seja, o que é indispensável ou essencial. Assim como o “meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo é essencial à sadia qualidade de vida” (artigo 225, caput). A Constituição Federal aponta o meio ambiente ecologicamente equilibrado como essencial, indispensável à sadia qualidade de vida da população como direito fundamental.

O meio ambiente de Santa Rita perdeu o equilíbrio ecológico pela ação da empresa: a população sente-se ameaçada pela possibilidade de rompimento da barragem de rejeitos tóxicos que fica acima da comunidade, cisternas e córregos permanecem abastecidos durante todas as estações do ano, enquanto análises laboratoriais se contradizem quanto a sua qualidade, a nascente da Lagoa de Santo Antônio foi barrada e em seu veio corre o dreno da barragem de rejeitos, barulho

durante 24 horas que incomoda, principalmente, o repouso noturno, poeira demasiada, movimentação de caminhões e pedestres, ausência de animais e plantas e ressecamento do solo.

Quando os moradores foram indagados sobre o que gostariam que fosse preservado na comunidade, de 18 entrevistados apenas cinco citaram elementos isolados como o ribeirão Santa Rita, os pés de mangas do quintal, o pé de jatobá, os próprios moradores e a igreja católica. A maioria, 13 entrevistados, citou o conjunto, o ecossistema. Nenhum ser vive apenas de água, ou apenas de pão, ou apenas de oxigênio. Ele precisa do conjunto de fatores físicos, biológicos e químicos interagindo com ele e, no caso do ser humano, soma-se a esses fatores o fator social. É necessidade da população de Santa Rita o conjunto dos fatores para permanecer num ambiente ecologicamente equilibrado que garanta a qualidade de vida seja no campo ou na cidade. Portanto, a população é desconsiderada em suas necessidades individuais e coletivas porque os interesses econômicos se sobrepõem a ela. A comunidade aos poucos vai perdendo as suas características socioeconômicas culturais e ambientais no processo de perdas e fracassos constantes.

A Constituição Federal determina que todos os minérios existentes no solo e subsolo são de propriedade da União (art. 176, caput), pois entende que esses recursos são estratégicos para o desenvolvimento da nação cabendo a ela regular o modo de acesso aos recursos minerais através de órgãos competentes. Mantém como um de seus princípios que os interesses individuais, mesmo que legítimos, devem ser sacrificados em favor dos interesses coletivos. Assim, a autorização para exploração poderá ser recusada quando a lavra for considerada prejudicial ao bem público ou comprometer interesses que superem a utilidade da exploração industrial.

A atividade de mineração do ouro é importante para o desenvolvimento econômico e social da civilização se operada com responsabilidade social e se obedecidos os preceitos de desenvolvimento sustentável, porém é difícil conciliar desenvolvimento com sustentabilidade, principalmente quando se trata da emergência da sustentabilidade pela ameaça de destruição do planeta. Como diz Nobre (2002), na vaguidão do conceito de Desenvolvimento Sustentável reside a

possibilidade de discussão política para decidir efetivamente o que é Desenvolvimento Sustentável.

A promessa de progresso econômico que chegou a Santa Rita pela empresa Rio Paracatu Mineração carrega a contradição local pela degradação socioambiental das comunidades ao seu entorno. Afinal, que progresso é esse? Quem optou por ele e para quem é destinado?

A comunidade Santa Rita possui um conhecimento popular considerável no uso dos recursos naturais e grande afinidade com o ambiente. Se a comunidade for incentivada em suas formas de produção, contribuirá para o desenvolvimento de forma sustentável, pois tem grande afinidade com os recursos naturais, é conhecedora do ecossistema e possui normas culturais que conformam com a preservação do ambiente. Técnicas de agroecologia que procuram tornar compatíveis os sistemas produtivos com a dinâmica do meio ambiente têm chances de se desenvolver em Santa Rita.

A afinidade da comunidade com o ambiente se manifesta, também, pelo mito criado por ela: o Mito do ouro encantado guardado por entes sobrenaturais que encantam o lugar. Com suas lendas, conta histórias verdadeiras que aconteceram nos primórdios dos tempos de exploração no Morro do Ouro pelos colonizadores portugueses. Parafraseando Marés (1997, apud Santilli, 2005), para conhecer a interação entre Santa Rita e o meio ambiente é tão importante a riqueza do Morro do Ouro quanto o significado místico que a população lhe atribui.

Quanto à interação da população com a empresa RPM, todos são conscientes de que é de natureza estritamente comercial. Os moradores do entorno da empresa são chamados de vizinhos para facilitar a aproximação. O engenheiro da barragem é conhecido por todos e usa de seu tempo para conversas informais e de interesse de compra dos lotes. A população reclama pelas más condições ambientais proporcionadas pela ação da empresa, mas considera boas as relações com os técnicos, embora saibam que é com interesse comercial.

Em 2002 a empresa Rio Paracatu Mineração investiu noventa mil reais para o *Projeto Geração* na comunidade Santa Rita com a finalidade de criar porcos, frangos e uma horta comunitária. Em 2003 doou um trator agrícola e um poço artesiano para a sede da associação. Poucos sinais se percebem da criação de porcos e frangos e a horta comunitária não existe mais. O motivo principal para o insucesso desses empreendimentos, apontado pelos moradores, foi a falta de mercado para escoar os produtos, ou seja, a falta de planejamento e de empenho. Eles consideram que o processo de liberação de verbas é bastante burocrático e o caráter dos projetos é de difícil negociação pelos conflitos de interesses entre a população e a empresa. Os projetos, segundo eles, não compensam as perdas e danos que a RPM provoca, e não se sentem motivados por isso. Ao contrário da população, a empresa apresenta o Projeto Geração em propagandas de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social com êxito.

Quanto a sua oferta de emprego, não foi encontrado nenhum morador de Santa Rita que prestasse serviço para a RPM e alguns se sentem beneficiados indiretamente pelo emprego de filhos que moram na cidade.

Algumas trilhas que havia no Morro que davam acesso a vários lugares na região, como Paracatu e povoados, foram eliminados; a maioria dos moradores lamenta a perda desses trilhos que cortavam caminhos, mas sente-se beneficiada pelo transporte urbano municipal que percorre a comunidade duas vezes ao dia, ou seja, pela manhã e pela tarde. O que há de negativo nisso, segundo os moradores, é que ficam presos a esses horários, ou senão, precisam seguir pela MG-188 ou percorrer o caminho antigo que passa dentro da propriedade privada da empresa, onde se sentem intimidados pelo sistema de vigilância.

A pesquisa propõe a presença de uma equipe interdisciplinar de profissionais neste contexto trabalhando para o fortalecimento do modo de vida da comunidade Santa Rita, o ajustamento social dos sujeitos atingidos e a preservação ambiental, contribuindo para o fortalecimento da comunicação entre a comunidade, o município, a empresa e outras entidades.

Para tanto sugere-se que para as famílias que já foram deslocadas e/ou que virão a ser, sejam feitas vistorias das reais condições em que se encontram para se tomar providências cabíveis, caso seus direitos sociais básicos estejam sendo negados: o acesso à educação, à saúde, à habitação, ao trabalho e renda compatível com suas necessidades, e acompanhamento das famílias nas fases de pré-deslocamento para locais de suas preferências para relocação.

Em casos de indenizações em dinheiro pelos lotes desocupados, que sejam calculados os valores atuais dos bens que foram perdidos sem depreciações e que a comunidade possa contar com a presença de um técnico no ato da negociação com a empresa, assegurando direitos iguais.

De acordo com a Constituição Federal (1988):

É assegurada participação ao proprietário do solo nos resultados da lavra, na forma e no valor que dispuser a lei (Art. 176, parágrafo 2º).

Segundo a Lei nº 8.901, de 30 de junho de 1994, que regulamenta o parágrafo acima da Constituição Federal:

O pagamento da participação do proprietário do solo nos resultados da lavra de recursos minerais será efetuado mensalmente, até o último dia útil do mês subsequente ao do fato gerador, devidamente corrigido pela taxa de juros de referência, ou outro parâmetro que venha a substituí-la (Art. 11, parágrafo 2º).

Sugere-se, portanto, que sejam obedecidas as leis que regulamentam a participação da população de Santa Rita, que se desloca de seus terrenos, nos resultados da lavra da RPM.

Para as famílias que permanecem na comunidade, que seja mantida a estrutura sociocultural e econômica da comunidade, fortalecendo programas de geração de renda já existentes e identificando necessidades de novos investimentos, com a comunidade incorporando recursos econômicos da empresa e do município. Além do incentivo à cultura, favorecer os esportes, os costumes e a organização social e comunitária.

Os idosos da comunidade carecem de uma atenção especial devido ao vínculo afetivo e ao sofrimento com a modificação do ambiente; sugerem-se atividades sociais e culturais direcionadas, especialmente, a eles, que minimizem o sofrimento pelas transformações ambientais causadas pela mineração industrial.

BIBLIOGRAFIA

AMARO, Fernanda Ribeiro; MARTINS, Alécio Perini; VINAUD, Naiara Cristina Azevedo. O sertão em prosa e verso: transformações ocorridas no cerrado mineiro descritas pela literatura dos poetas e dos cancioneiros populares. *Caminhos de Geografia* – revista on line <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html> ISSN 1678-6343). Acesso em: 16 de abr. 2008.

AFONSO DA SILVA, José. *Direito ambiental constitucional*. São Paulo; Malheiros, 1995.

AGUADO, Otavio Vasquez. GÓMEZ, J. Andrés Doninguez. PÉREZ, Alejandro Gaona, (orgs.) *Serviço Social e meio ambiente*. Tradução: Silvana Cobucci Leite. São Paulo; Cortez, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização, as conseqüências humanas*. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 1999.

_____. *Comunidade. A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro; Zahar, 2003. Tradução de Plínio Dzentien.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar. Ética do humano: compaixão pela terra*. Petrópolis; Vozes, 2007.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. 16ª edição, São Paulo; Saraiva, 1997.

BRASIL. DNPM. *Código de Mineração*. Decreto-Lei Nº 227, de 27/02/1967. Disponível em: www.dnpm.gov.br. Acesso em: 22 de maio, 2008.

BRASIL. DNPM. *Código de Mineração*. Decreto-Lei nº 8.901, de 30 de junho de 1994. Disponível em: www.dnpm.gov.br. Acesso em: 22 de maio, 2008.

BRUSEKE, Franz Josef. *O problema do desenvolvimento sustentável*. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org.) *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma*

sociedade sustentável. 2. ed., São Paulo: Cortez, Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco; 1998, p. 195-2007.

CAPRA, Fritjof. *As Conexões Ocultas: Ciência para uma Vida Sustentável*. 2ª Edição, São Paulo: Editora Cultrix, 2002.

_____. *O Ponto de Mutação: A Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente*. São Paulo; Cultrix, 1982.

_____. *A Teia da Vida: Uma Nova Compreensão Científica dos Sistemas Vivos*. São Paulo; Cultrix, 1996.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. Tradução: Roneide Venâncio Majer, São Paulo; Paz e Terra, 1999.

COSTA, Lúcia Cortes da. *Os impasses do Estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil*. São Paulo; Cortez, 2006.

COLITO, Maria Clementina Espiler. BAGANI, Ângela Maria de Melo. *Conversando sobre as Questões Ambientais e o Serviço Social*. Disponível em http://www.ssrevista.uel.br/c_v1n2_conversando.htm. Acesso em: 20 jan. 2008.

CURI, Melissa Volpato. *Mineração em Terras Indígenas: caso terra indígena Roosevelt*. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. SP, 2005.

DUPAS, Gilberto. *O impasse ambiental e a lógica do capital*. In: DUPAS, Gilberto (org.) *Meio ambiente e crescimento econômico*. São Paulo; UNESP, 2008, p. 21-90.

DANI, Sergio Ulhoa et al. Audiência pública sobre a expansão da RPM: A força do povo contra a prepotência do capital. *Alerta Paracatu*, Paracatu, p. 3, junho. 2008.

DANI, Sergio Ulhoa et al. Contaminação é de gravidade extrema, diz especialista. *Alerta Paracatu*, Paracatu, p. 24, junho. 2008.

DANI, Sergio Ulhoa. *Expansão da Kinross em Paracatu: pior que um crime, é um erro*. Set, 2008. Disponível em: <http://www.alertaparacatu.blogspot.com/search.php?q=barragem+de+rejeitos&r=0> Acesso: nov, 2008.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. Trad. Pola Civelli. 5.ed. São Paulo; Perspectiva, 1998.

ELIADE, Mircea. *O mito do eterno retorno*. Trad. Manuela Torres. Lisboa; Edições 70, 2000.

ESTRELLA, Andréia Carvalho. *Ekos da vida: estudos sobre a comunidade do Perequê*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) PUC São Paulo; 2004.

FRANCH, Mônica. NASCIMENTO, Pedro. QUADROS, Marion e SCOTT, Parry. *Os Garimpeiros em Paracatu: história recente, característica sociais, cultura e desafios*. Ed. Universitária da UFPE, 2005.

FURTADO, Bernardino. Extração de ouro ameaça Paracatu. *Estado de Minas*. 13, jul. 2008. http://www.uai.com.br/UAI/html/sessao_2/2008/07/13/em_noticia_interna,id_sessao=2&id_noticia=71388/em_noticia_interna.shtml . Acesso em 20 de set. 2008.

GADOTTI, Moacir. *Agenda 21 Global e Carta da Terra*. In BORN, Rubens Harry (org.) Diálogos entre as esferas global e local: contribuições de organizações não-governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária. São Paulo: Peirópolis, 2002.

GIDDEMS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. Tradução Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GOETHE, Johann Wolfgang von. *Fausto*, Tradução de Jenny Klabin Segall. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX*. Tradução: Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INNOCÊNCIO, Francisco Roberto Szezech. *Um Fausto e seu Mefistófelis: O mito de Fausto na obra Macário, de Álvares de Azevedo*. Dissertação (Mestrado em Letras) UFP, Curitiba 2007.

KINROSS – *Relatório de Desenvolvimento Sustentável*. Brasil, 2006.

KLOETZEL, Kurt. *O que é meio ambiente*. São Paulo: Brasiliense, 2002.

LEFF, Henrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis; RJ: Vozes, 2001.

LEONARDI, Maria Lúcia Azevedo. *A sociedade global e a questão ambiental*. In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org.) *Desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável*. 2. ed. São Paulo; Cortez, Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998. p. 195-207.

LEROY, Jean Pierre. *Insustentabilidade da agricultura e insegurança alimentar*. In: BORN, Rubens Harry (org.) *Diálogos entre as esferas global e local: contribuições de organizações não-governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária*. São Paulo: Peirópolis; 2002, p. 115-124.

MELLO, Antônio de Oliveira. *As Minas Reveladas, Paracatu no Tempo*. Ed. Da Prefeitura Municipal de Paracatu; 2ª ed., 2002.

MONTE, Marisa Bezerra de Mello. SAMPAIO, João Alves. CONTIJO, Paulo Ferreira. TONDO, Luis Albano. *Ouro – Rio Paracatu Minerações_– RPM*. Disponível em <http://www.cetem.gov.br/publicacao/CTs/CT2002-184-00.pdf>. Acesso em 23 jan. 2008.

MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*. 2. ed., Tradução Dulce Matos. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

_____. *Ciência com Consciência*. Tradução Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Doria. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. LE MOIGNE, Jean-Louis. *A Inteligência da Complexidade*. Tradução Nurimar Maria Falci. São Paulo: Peirópolis, 2000.

NOBRE, Marcos. *Desenvolvimento sustentável: origens e significado atual*. In: NOBRE, Marcos. AMAZONAS, Maurício de Carvalho. (Orgs.) *Desenvolvimento Sustentável: A institucionalização de um Conceito*. Brasília; IBAMA, 2002, p. 21-26.

_____. *Crescimento econômico versus preservação ambiental: origens do conceito de desenvolvimento sustentável*. In: NOBRE, Marcos. AMAZONAS, Maurício de Carvalho. (Orgs.) *Desenvolvimento Sustentável: A institucionalização de um Conceito*. Brasília; IBAMA, 2002. p. 27-48.

PASTORINI, Alejandra. *A Categoria “Questão Social” em Debate*. São Paulo, Cortez Editora, 2004.

PORTO, Guilherme. *As folhas de Reis no Sul de Minas*. 1982.

PPJ – Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar Justino Obers. *A Agricultura Familiar e economia solidária no noroeste de Minas Gerais*. Universidade Federal de Lavras – 2005.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RODRIGUES, Maria Lúcia, LIMENA, Maria Margarida Limena. *Metodologias multidimensionais em ciências humanas*. Brasília, Líber Livro, 2006.

RODRIGUES, Maria Lúcia. NEVES, Noemia Pereira. *Cultivando a Pesquisa: Reflexões sobre a investigação em ciências sociais e humanas*. Franca: Unesp. 1999.

RODRIGUES, Maria Lúcia. “O Serviço Social e a Perspectiva Interdisciplinar” In: *O Uno e o Múltiplo nas Relações Entre as Áreas do Saber*, Martinelli, Rodrigues On, Muchail (organizadoras), Educ/Cortez, S.P; 1995.

ROESLER, Marli Renate von Borstel. *Gestão Ambiental e Sustentabilidade. A dinâmica da Hidrelétrica Binacial de Itaipu nos municípios lindeiros*. Cascavel; EDUNIOESTE, 2007.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

RPM – Rio Paracatu Mineração. *Estudo de Impacto Ambiental, Mina Morro do Ouro, Projeto de expansão III*. Paracatu, 2006.

RPM – Rio Paracatu Mineração. *Relatório de Impacto Ambiental, Mina Morro do Ouro, Projeto de expansão III* – Paracatu, 2006.

SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo; Vértice, 1986.

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo, Da Univerdidade de São Paulo, 2007.

_____. *Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Record, 2006.

SOUZA, Carlos Augusto Rodrigues de. *Quando a (Barragem de Porto) Primavera chegar: o impacto das transformações ambientais na subjetividade dos habitantes de Presidente Epitáfio e região*. Dissertação (Mestrado) PUCSP, 2003.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro; Graal, 2004.

STIGLITZ, Joseph E. *A Globalização e seus malefícios*. Futura, 2002.

TAVARES, Francisco Cláudio. *Nas sombras do deserto verde – impactos sócio ambientais no setor de papel e celulose: o caso da Bahia Sul*. São Paulo, 2005 (DT)

VEYRET Yvette (organizadora). *Os Riscos: O homem Como Agressor e Vítima do Meio Ambiente*. Tradução Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2007.

WEID, Jean Marc von der. *Proposta de um programa de desenvolvimento rural sustentável no Brasil*. In: BORN, Rubens Harry (org.) *Diálogos entre as esferas global e local: contribuições de organizações não-governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária*. São Paulo: Peirópolis, 2002, p. 135-152.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão social no Brasil. In *Temporalis*_ nº 3, Brasília, ABEPSS, Grafiline, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. In *Capacitação em Serviço Social e Política Social*; Módulo 2. Brasília, CEAD, 1999.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)